

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA PAULISTA DE POLÍTICA, ECONOMIA E NEGÓCIOS – EPPEN

FLÁVIA PATRÍCIA PINTO

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA: ESTUDO MULTICASO DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

OSASCO

2015

FLÁVIA PATRÍCIA PINTO

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA: ESTUDO MULTICASO DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dissertação submetida à Banca Examinadora como  
requisito parcial para obtenção do título de Mestre  
Profissional do Programa de Pós-Graduação em  
Gestão de Políticas e Organizações Públicas da  
Universidade Federal de São Paulo

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Massaro Onusic

OSASCO

2015

## FICHA CATALOGRÁFICA

P6593a

Pinto, Flávia Patricia, 1977

Políticas de permanência: estudo multicaso das universidades federais do Estado de São Paulo. / Flávia Patricia Pinto; Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana Massaro Onusic. – Osasco, 2015. 100f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado Profissional). Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas e Organizações Públicas da Universidade Federal de São Paulo 2015.

1.Políticas Publicas. 2.Politica de Permanência. 3.Programa Nacional de Assistencia Estudantil.4. Restaurante Universitário. 5. Assistência Alimentar I.Onusic, Luciana Massaro, Orientador. II. Título.

CDD 351

FLÁVIA PATRÍCIA PINTO

POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA: ESTUDO MULTICASO DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Data de aprovação: 10/08/2015

Banca Examinadora:

---

Profª Drª Luciana Massaro Onusic  
Presidente da Banca

---

Profª Drª Andresa Silva Neto Francischini  
Universidade Presbiteriana Mackenzie

---

Profª Drª Cíntia Rejane Möller de Araujo  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Julio Cesar Zorzenon da Costa  
Universidade Federal de São Paulo

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho  
à minha mãe Edenil e à minha filha Sofia,  
minhas companheiras de vida

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, por me conceder esta oportunidade e me proporcionar meios de realizá-la.

À minha filha Sofia. Sua existência me dá forças e me encoraja a progredir.

À minha mãe Edenil, eterna apoiadora. Sem a sua ajuda esta empreitada não seria possível.

À minha Orientadora Luciana Onusic, que aceitou me acompanhar nesta jornada, meu sincero agradecimento.

Aos Professores Álvaro Machado Dias, Sidival Guidugli, Cíntia Möller Araujo, Ricardo Bueno, Mauri Oliveira, Marcello Branco e Carolina Leister pelos valiosos ensinamentos desta experiência acadêmica.

Aos colegas da Primeira Turma do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas e Organizações Públicas. Guardarei boas lembranças desses dois anos de convívio, união e amizade.

Às Professoras Cintia Möller Araujo e Andresa Silva Neto Francischini, pelas preciosas contribuições na Banca de Qualificação.

Ao Professor Luiz Alberto David Araujo pela emocionante palestra proferida sobre Direito Constitucional e Cidadania. Mais que uma lição acadêmica, foi um ensinamento de vida.

À Professora Andréa Rabinovici pela disponibilidade, conversas e sugestões, que me ajudou a visualizar o tema deste trabalho de forma mais ampla.

Aos entrevistados desta pesquisa que foram sempre muito receptivos e colaborativos com as informações solicitadas.

Às Professoras Soraya Smaili e Maria José Fernandes pelo incentivo.

Às colegas Zuleika Hornero e Maria Eduarda Puga que ajudaram nas correções do trabalho.

Às colegas Valéria Mota, Fabiane Cláudia, Lourdes Melo, Andréia Meleti, Diva Rey, Marina Portugal, Elisângela Moraes, Rosane Tamada, Tânia Mara e aos Professores Javier Amadeo, Décio Semensatto e Isabel Hartmann, companheiros de trabalho que acompanharam algumas angústias desse período.

À amiga Cida Freitas pelos conselhos e sugestões metodológicas.

Às queridas amigas Silmara Ribeiro e Carolina Parisi, amigas de todos os momentos que compreenderam algumas de minhas ausências.

Ao querido Marcello Di Pietro, amigo sempre disponível para ajudar em tudo o que for preciso.

## RESUMO

A pesquisa aborda a política de permanência estudantil das Universidades Federais do Estado de São Paulo e a gestão dos recursos oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), política social criada pelo Governo Federal para apoiar os estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica. O objetivo é comparar a implementação das políticas de permanência nas três universidades federais do Estado: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e Universidade Federal do ABC (UFABC). Para consecução deste objetivo foi realizado um estudo multicaso com levantamento de dados realizado em duas etapas: através de análise documental foram identificadas as características gerais das atuais políticas de permanência adotadas e, no segundo momento, foram realizadas entrevistas com os responsáveis pela gestão dessas políticas nessas universidades, para aprofundar o conhecimento sobre suas diretrizes, impacto do processo de expansão e evolução de gastos no período de 2011 a 2014. Justifica-se a relevância deste estudo pelas mudanças no acesso e expansão do ensino superior ocorridas na última década e por serem modestas as contribuições na literatura sobre o tema. Para a condução do estudo foram elaboradas quatro proposições que possibilitaram concluir sobre as políticas de permanência: é crescente o número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades; os recursos recebidos pelo PNAES, embora anualmente crescentes, são insuficientes para atender todas as ações previstas no programa federal; o gasto com alimentação é executado, total ou parcialmente, com recursos próprios das universidades, em virtude do seu elevado gasto e caráter universalizador; a gestão terceirizada dos restaurantes universitários não mostrou mais elevada do que a gestão própria.

**PALAVRAS CHAVE:** Programa Nacional de Assistência Estudantil. Política de Permanência. Instituições Federais de Ensino Superior. Restaurante Universitário. Assistência Alimentar.

## **ABSTRACT**

The research addresses the student residence policy of the Federal Universities of São Paulo state and the management of funds from the National Student Assistance Program (PNAES), social policy created by the government to support students in socioeconomic vulnerability condition. The goal is to compare the implementation of the student conditions for permanence factors policies in the three federal state universities: Federal University of São Paulo (UNIFESP), Federal University of São Carlos (UFSCAR) and Federal University of ABC (UFABC). To achieve this objective we performed a multi case study with data collection conducted in two stages: through desk review the general characteristics were identified from the current adopted permanence policies and in the second phase, interviews were conducted with those responsible for the management of these policies in these universities to increase knowledge of its guidelines, impact of the process of expansion and development expenses in the period 2011 to 2014. It justified the relevance of this study by changes in access and expansion of higher education occurred in the last decade and to be modest contributions in the literature on the subject. To conduct the study were prepared four propositions possible to conclude on the remaining policies: the growing number of students in socioeconomic vulnerability in universities; While the funds received by PNAES are growing every year they are still insufficient to meet all the actions foreseen in the federal program; the food expenses, in whole or in part, are supported directly by the university, because of their high expense and universalizing character; outsourcing of university restaurants does not have higher expenditure than the own management.

**KEYWORDS:** National Student Assistance Program. Staying policy. Federal Institutions of Higher Education. University Restaurant. Food assistance.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Linha do tempo da criação das Universidades Federais .....	28
Gráfico 2 - Recursos Orcamentários do PNAES para as IFES de 2008 a 2014.....	32
Gráfico 3 - Expansão das vagas dos cursos de graduação da UNIFESP 2005-2014 .....	55
Gráfico 4 - Porcentagem dos auxílios nos recursos PNAES da UNIFESP 2010-2011.....	62
Gráfico 5 - Porcentagem dos auxílios nos recursos PNAES da UNIFESP 2012 .....	62
Gráfico 6 - Porcentagem dos auxílios nos recursos PNAES da UNIFESP 2013 .....	63
Gráfico 7 - Porcentagem dos auxílios nos recursos PNAES da UNIFESP 2014 .....	64
Gráfico 8 - Alunos matriculados x alunos atendidos UNIFESP 2011-2014 .....	71
Gráfico 9 - Alunos matriculados x alunos atendidos UFSCAR 2011-2014.....	72
Gráfico 10 - Alunos matriculados x alunos atendidos UFABC 2011-2014.....	72

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cronologia da Educação Superior e da Assistência Estudantil.....	30
Quadro 2 - Auxílios do PAPE 2011-2014.....	59
Quadro 3 - Perfis de Vulnerabilidade Socioeconômica do Programa PAPE da UNIFESP .....	59
Quadro 4 - Participação dos Auxílios no orçamento do PNAES - 2010 a 2014 .....	61
Quadro 5 - Auxílios concedidos pelo Programa de Assistência Estudantil da UFSCAR .....	66
Quadro 6 - Auxílios concedidos pelo Programa de Assistência Estudantil da UFABC .....	69
Quadro 7 - Estudantes matriculados nos cursos de graduação 2011-2014 .....	70
Quadro 8 - Estudantes beneficiados pela política de permanência 2011-2014 .....	71
Quadro 9 - Recursos recebidos do PNAES - 2011-2014 .....	75
Quadro 10 - Comparação dos auxílios das políticas de permanência .....	77
Quadro 11 - Valor gasto com a alimentação no período de 2011 a 2014 .....	82
Quadro 12 - Comparação dos Restaurantes Universitários .....	84

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
CAE	Conselho de Assuntos Estudantis
CAAP	Coordenadoria de Ações Afirmativas e Permanência
CF	Constituição Federal
CFN	Conselho Federal de Nutricionistas
CNE	Conselho Nacional de Educação
COACE	Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis
CONSU	Conselho Universitário
CONSUNI	Conselho Universitário
CUT	Central Única dos Trabalhadores
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
FONAPRACE	Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
PAPE	Programa de Auxílio Permanência
PBP	Programa Bolsa Permanência
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROACE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
PROAP	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

RU	Restaurante Universitário
SISU	Sistema Integrado de Seleção Unificada
TST	Tribunal Superior do Trabalho
UAC	Unidade de Atenção à Criança
UAN	Unidade de Alimentação e Nutrição
UFABC	Universidade Federal do ABC
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 Problematização.....	16
1.2 Objetivo Geral .....	16
1.3 Objetivos Específicos .....	16
1.4 Justificativa .....	16
1.5 Organização do Estudo .....	17
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>19</b>
2.1 Políticas Públicas Sociais .....	19
2.1.1 Ações Afirmativas .....	21
2.2 O Ensino Superior Brasileiro e a Assistência Estudantil .....	23
2.2.1 Programa Nacional de Assistência Estudantil .....	31
2.3 Restaurante Universitário .....	32
2.3.1 Origem do restaurante e da alimentação coletiva .....	33
2.3.2 Unidade de Alimentação e Nutrição.....	34
2.3.2.1 Origem dos Restaurantes Universitários .....	36
2.3.3 Custo da Refeição .....	37
2.4 Aspectos da Gestão Pública .....	39
2.4.1 Orçamento Público .....	39
2.4.2 Terceirização .....	41
2.4.2.1 O setor público e a terceirização .....	42
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>46</b>
3.1 Tipo de Pesquisa .....	46
3.1.1 Protocolo do Estudo de Caso .....	46
3.1.1.1 Visão Geral .....	46
3.1.1.1.1 Contexto para o Estudo de Caso.....	47
3.1.1.1.2 Unidades de Análise .....	47
3.1.1.1.3 Delimitação do Estudo .....	48
3.1.1.1.4 Aprovação da pesquisa .....	48
3.1.1.2 Procedimentos de Campo .....	48
3.1.1.3 Questões para o Estudo de Caso.....	50
3.1.1.4 Guia para o relatório do Estudo de Caso .....	53

<b>4 CONTEXTO DE ESTUDO: AS UNIVERSIDADES PESQUISADAS .....</b>	<b>54</b>
4.1 Universidade Federal de São Paulo .....	54
4.1.1 Política de Permanência Estudantil .....	57
4.1.1.1 Participação dos auxílios no orçamento do PNAES.....	59
4.2 Universidade Federal de São Carlos .....	64
4.2.1 Política de Permanência Estudantil .....	65
4.3 Universidade Federal do ABC .....	68
4.3.1 Política de Permanência Estudantil .....	69
<b>5 RESULTADOS .....</b>	<b>70</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
6.1 Sugestões para Estudos Futuros .....	92
6.2 Dificuldades Encontradas .....	93
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>95</b>
<b>8 APÊNDICES .....</b>	<b>102</b>
8.1 Apêndice A. Roteiro para entrevista .....	102
8.2 Apêndice B. Banco de Dados da Pesquisa .....	103

## 1 INTRODUÇÃO

Com as políticas sociais educacionais de expansão e acesso ao ensino superior implementadas pelo Governo Federal brasileiro, no início do século XXI, cresceu o número de estudantes de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Essas políticas preveem não apenas o aumento quantitativo de vagas, mas também, estabelecem condições para que estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica encontrem condições satisfatórias de se manterem até a conclusão do curso.

Duas importantes políticas foram instituídas nesse período com o objetivo de universalizar o ensino superior, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído em 2003, que criou novas instituições de ensino e ampliou as vagas de graduação das já existentes; e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2007, e que, em complemento ao REUNI, estabeleceu diretrizes para a implantação de ações de permanência estudantil nessas instituições (BRASIL, 2003, 2007).

A III Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, realizada em 2010 pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), e divulgada em 2011, verificou que 43,7% dos estudantes encontravam-se nas classes C, D e E, conforme classificação econômica da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), e apresentavam uma situação de vulnerabilidade social (FONAPRACE, 2012).

De acordo com o FONAPRACE (2004, p.6) “em condições adversas, o desempenho acadêmico é desigual”. Os estudantes dessas classes não dispõem de recursos para suprirem suas necessidades básicas, bem como, para as despesas típicas do universitário, como aquisição de livros e equipamentos de aprendizagem, acesso à informação e participação em eventos acadêmicos e culturais.

O reconhecimento da necessidade de manter ações preventivas de combate à evasão escolar é de suma importância, haja vista que, apenas as políticas de acesso ao ensino superior aos estudantes de condição socioeconômica desfavorável, não garantem que o discente possa cumprir satisfatoriamente sua trajetória universitária.

Para Gonçalves (2011, p.13) “a assistência estudantil é uma política social de relevante importância para manter um padrão de equidade entre os estudantes universitários”.

Com a criação do PNAES, em 2007, e sua regulamentação em 2010, as IFES têm recebido verbas específicas para o desenvolvimento de políticas de permanência aos alunos de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, aqueles com renda familiar per capita de até um e meio salário mínimo.

Os recursos do PNAES são transferidos do Ministério da Educação (MEC), com base em uma matriz de distribuição, para as IFES, que gozam de autonomia para elaborar sua política de assistência estudantil, estabelecendo os critérios para seleção dos estudantes, tipos e valores dos auxílios e subsídios, de acordo com o perfil de sua comunidade estudantil, além de serem as responsáveis pelo acompanhamento e avaliação das políticas.

As ações de assistência estudantil devem abranger as dez áreas elencadas no PNAES: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e inclusão de pessoas com deficiências para viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir preventivamente nas situações de repetência e evasão escolar, decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

As universidades têm o desafio de estabelecer políticas que atendam satisfatoriamente as necessidades dos estudantes, com recursos que nem sempre são suficientes para cobrir todas as áreas.

A pesquisa realizada pelo FONAPRACE (2011) destaca ainda o Restaurante Universitário (RU) como o mais importante equipamento para promoção da permanência, uma vez que 15% do universo estudantil utilizam os programas de alimentação, sendo os mais beneficiados aqueles pertencentes às classes C, D, E.

No que tange à assistência alimentar, as universidades podem ofertá-la através de auxílios; dos restaurantes universitários, que podem ser próprios ou terceirizados, ou até mesmo combinar as duas modalidades, para garantir aos estudantes a oferta uma alimentação balanceada a baixo custo.

No entanto, a última pesquisa do perfil socioeconômico e cultural do estudante divulgada, foi realizada em 2010, conforme citado anteriormente, e não refletia, ainda, o impacto da Lei de Cotas, aprovada em 2012. A lei estabelece que todas as IFES deverão reservar 50% de todas as vagas para alunos oriundos do ensino médio público ou particular com bolsa integral, o que deve aprofundar, ainda mais, a mudança do perfil dos estudantes e, conseqüentemente, refletir uma maior demanda pelas ações de permanência.



## 1.1 Problematização

Com base no exposto, este estudo foi orientado pelo seguinte problema de pesquisa:

*Como as Universidades Federais do Estado de São Paulo vêm implementando suas políticas de permanência estudantil com os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil?*

## 1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é verificar a implementação dos diferentes modelos de política de permanência estudantil adotados pelas Universidades Federais do Estado de São Paulo.

## 1.3 Objetivos Específicos

1. Verificar se há crescimento do número de estudantes em situação de vulnerabilidade social.
2. Identificar as políticas de permanência estudantil nas três Universidades Federais do Estado de São Paulo.
3. Analisar as políticas de assistência alimentar adotadas nas três Universidades Federais do Estado de São Paulo.
4. Verificar a evolução dos gastos com a assistência alimentar no período entre 2011 e 2014 nas três universidades.

## 1.4 Justificativa

A assistência estudantil tem apresentado grande relevância em virtude da implantação de políticas de expansão, acesso e ações afirmativas, que tem como objetivo promover a permanência e a igualdade de condições no ensino superior.

O princípio de igualdade genérico, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, não se mostra suficiente para garantir condições de justiça social a todos os sujeitos com suas especificidades. Assim, a intervenção do Estado, assumindo uma condição dinâmica através

de ações compensatórias e temporárias, tem o desafio de corrigir históricas defasagens sociais, provocando uma discriminação positiva (PIOVESAN, 2005; GOMES E SILVA, 2003; SANTOS, 2012).

As recentes legislações de acesso e expansão vem possibilitando a inclusão de alguns grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica no ensino superior, que deverá ser ainda mais ampliada com a implantação total da Lei de Cotas em 2016. Com essas transformações, as políticas de assistência estudantil adotadas pelas universidades através dos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil tem o objetivo de promover a inclusão e minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior (BRASIL, 2010).

Verifica-se que ainda são modestas as contribuições na literatura sobre as políticas de permanência estudantil e temas correlatos, como a gestão de restaurantes universitários e modelos de determinação dos subsídios, em virtude da recente regulamentação do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

## 1.5 Organização do Estudo

Este estudo está organizado em seis capítulos, além da introdução.

O segundo capítulo apresenta o referencial teórico, abarcando temas que embasarão a discussão: as políticas públicas sociais; o surgimento e evolução do ensino superior no Brasil, juntamente com o desenvolvimento da assistência estudantil; a importância dos restaurantes universitários como equipamento de permanência estudantil; e algumas questões importantes que envolvem e condicionam as ações da Administração Pública, como o Orçamento Público e a Terceirização.

O terceiro capítulo descreve o percurso metodológico delineado neste Estudo Multicaso, incluindo o protocolo de pesquisa realizado.

O quarto capítulo apresenta os três casos analisados na pesquisa, as Universidades Federais do Estado de São Paulo, contemplando um breve histórico do surgimento e expansão dessas instituições e a descrição das políticas de permanência adotadas em cada uma delas.

O quinto capítulo apresenta a discussão do estudo, através das quatro proposições elencadas, com base nos dados coletados na pesquisa documental e nas evidências coletadas nas entrevistas com os gestores de cada instituição.

No último capítulo são tecidas as considerações finais do estudo, além da exposição das dificuldades encontradas para a realização da pesquisa e a sugestão de temas para trabalhos futuros.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentados os temas que embasarão a discussão deste trabalho, que apresenta, como foco principal, as ações de permanência estudantil adotadas através das políticas educacionais desenvolvidas no início do século XXI.

Dessa forma, faz-se necessário conceituar, ainda que brevemente, as políticas públicas sociais e os tipos de intervenção do governo para o bem-estar da população.

### 2.1 Políticas Públicas Sociais

Saravia e Ferrarezi (2006, p. 28) definem política pública como “um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade”.

Para conceituar política pública, Höfling (2001) ressalta a diferenciação entre Estado - conjunto de instituições permanentes, como órgãos legislativos, tribunais e exércitos - e Governo - conjunto de programas e projetos que assume e desempenha as funções do Estado por um determinado período. Assim, conceitua política pública como “o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HÖFLING, 2001, p.31).

A autora ainda define políticas sociais como:

“ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico” (HÖFLING, 2001, p. 31).

Para Souza (2006, p.26) a “formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real”.

Segundo Fernandes (2007) o consenso universal de que os Estados deveriam formular uma série de políticas públicas capazes de produzir bem-estar e promover justiça social aos cidadãos é observado a partir do século XX. Antes disso, era a livre competição das forças do mercado que determinava o processo econômico nos países da Europa Ocidental e Estados Unidos, e a intervenção do Estado era mínima. A partir da crise econômica dos anos 30 que a comunidade internacional, sobretudo os países mais ricos (Estados Unidos,

Inglaterra e França), chegou a um consenso que as forças livres do mercado não eram suficientes para sustentar as economias das nações democráticas “seria necessário um papel mais ativo do Estado no qual o investimento público era variável chave” (FERNANDES, 2007, p.207-209).

Nesse período surgiu o conceito de *Welfare State* ou Estado Social que, para Medeiros (2001, p.6), é “a mobilização em larga escala do aparelho do Estado em uma sociedade capitalista a fim de executar medidas orientadas diretamente ao bem-estar de sua população”.

Para Fernandes (2007), o avanço da cidadania é outro movimento da história que colabora para transformar o Estado como provedor de uma série de serviços públicos. Para tanto, adota a definição clássica de Marshall sobre cidadania que se refere à conquista e exercício de três conjuntos de direito interligados: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais:

Os direitos sociais tratam das necessidades humanas básicas e são todos aqueles ligados à provisão de bens e serviços essenciais à vida que são oferecidos pelo Estado de modo a promover justiça social: alimentação, saúde, educação, habitação, saneamento, etc.” (FERNANDES, 2007, p. 209).

De acordo com Sping-Andersen (1990, p. 98), o *Welfare State* “envolve responsabilidade estatal no sentido de garantir o bem-estar básico dos cidadãos”. Segundo o autor, os economistas políticos clássicos preocupavam-se com o relacionamento entre capitalismo e bem-estar social e convergiam para o relacionamento entre mercado (propriedade) e Estado (democracia).

Sping-Andersen (1990) classifica o *Welfare State* em três economias políticas, de acordo com a intervenção do Estado no bem-estar social do cidadão: Liberal, Conservador e Social-Democrata. Nos Regimes Liberal e Conservador, a interferência do Estado é residual, promovendo políticas de bem-estar focalizadas para os cidadãos pobres que não conseguem através do mercado suprir todas suas necessidades ou que tem o acesso aos direitos sociais a partir de sua ocupação econômica, respectivamente. No Regime Social-Democrata, a abrangência das políticas é universal, oferecida igualmente a todo cidadão, independentemente de sua posição no mercado de trabalho.

Os modelos pioneiros de assistencialismo tiveram origem na Europa e influenciaram os sistemas de proteção da América Latina. Para Draibe (1997) os países latino-americanos, até 1970, construíram as estruturas básicas do *Welfare State* de modo imperfeito e deformado,

por motivos estruturais (alto grau de exclusão social e baixa equidade com que se desempenharam os programas sociais) e institucionais (alto grau de centralização, capacidade regulatória e de implantação das políticas deficientes nos níveis subnacionais de governo, comportamento corporativista dos corpos profissionais ligados aos grandes subsistemas de políticas e fraca tradição participativa da sociedade na implantação e operação do programas).

Kerstenetzky (2006) aborda o debate brasileiro que polariza os estilos de política pública em focalizada ou universal. Para ela, a focalização, na concepção de “justiça de mercado” seria residual, podendo ser por condicionalidade (para solucionar um problema previamente especificado) ou ação reparatória, necessária para restituir a grupos sociais o efetivo acesso aos direitos universais, formalmente iguais. “Em uma sociedade muito desigual, as políticas sociais terão necessariamente um componente de ‘focalização’, se quiserem aproximar o ideal de direitos universais a algum nível decente de realização” (KERSTENETZKY, 2006, p. 571).

A focalização pode ser pensada tanto em termos de políticas redistributivas compensatórias (como o pagamento de bolsas para os mais pobres) como políticas redistributivas estruturais, que envolveriam as reformas estruturais como a democratização do acesso à educação de qualidade em todos os níveis (KERSTENETZKY, 2006).

### 2.1.1 Ações afirmativas

De acordo com Santos (2012), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que deu origem à concepção contemporânea dos Direitos Humanos e a Conferência de Durban (2001), onde o Estado brasileiro reconheceu os efeitos do racismo, foram determinantes para a inclusão da temática da igualdade na agenda política e para a adoção de parâmetros protetivos mínimos dos direitos fundamentais.

Segundo Piovesan (2005), a proteção dos direitos fundamentais começa a se desenvolver a partir da Declaração de 1948. Numa primeira fase, com base na igualdade formal, caracterizou-se pela proteção geral, genérica e abstrata. Posteriormente, percebe-se a necessidade de conferir a determinados grupos uma proteção especial e particularizada. “Isso significa que a diferença não mais seria utilizada para a aniquilação de direitos, mas, ao revés, para sua promoção” (PIOVESAN, 2005, p.46).

De acordo com a autora, “a discriminação ocorre quando somos tratados como iguais em situações diferentes, e como diferentes em situações iguais” (PIOVESAN, 2005, p. 48).

Para Gomes e Silva (2003, p.88), a concepção estática ou formal de igualdade dá lugar a uma noção dinâmica ou militante, quando o Estado abandona sua tradicional posição de neutralidade e passa a atuar ativamente na busca da concretização da igualdade positiva, de sorte que “as situações desiguais sejam tratadas de maneira dessemelhante”.

Corroborando com os autores, Santos (2012, p.291) observa que “o universal e genérico não foram e não são capazes de incorporar todos os sujeitos e suas especificidades no bojo dos direitos fundamentais, o que exigiu e exige que sejam consideradas determinadas peculiaridades e particularidades”.

Para a promoção e implementação do direito à igualdade é necessária a combinação de estratégias repressivas de discriminação (ou punitivas) e promocionais de políticas compensatórias (PIOVESAN, 2005).

Gomes e Silva (2003, p.90) definem as ações afirmativas como “Políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física”.

Para os autores, as ações afirmativas têm como objetivo: 1. Promover a observância dos princípios da diversidade e do pluralismo; 2. Induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica; 3. Implantar uma maior representatividade dos grupos minoritários nos mais diversos domínios de atividade pública e privada; 4. Constituir um mecanismo institucional de criação de exemplos vivos de mobilidade social ascendente (GOMES e SILVA, 2003).

No âmbito do ensino superior, Santos (2012) observa que as ações afirmativas não podem ter aplicação genérica em nível nacional, em razão das diversas organizações de sistema de ensino (Federal, Estadual, Municipal, Distrital e Privada) mas, desde 2002, as políticas são adotadas em algumas instituições, seja por força de lei dos respectivos entes federados, seja por iniciativa das próprias instituições de ensino.

Para Oliveira (2012, p.5) “o acesso à educação superior é um problema histórico que se agrava ainda mais quando se trata de ingresso nas universidades públicas”. Segundo a autora, há uma inversão ocorrida nas matrículas da educação básica e superior em relação a oferta pública e privada, sendo que 85,4% das matrículas na educação básica correspondem a rede pública, e no ensino superior, as instituições particulares contam com 75% das matrículas. A crítica a essa inversão foi uma das principais justificativas para políticas como o PROUNI e o FIES.

Ristoff (2012) analisou o número de alunos matriculados no ensino superior (público e privado) em relação a renda familiar, cor/raça e origem de escola pública e concluiu que, apesar dos avanços, o campus brasileiro continua sendo um espelho que distorce a sociedade.

Feres Júnior (2012) observa que o debate na mídia sobre ação afirmativa foca quase exclusivamente sobre a questão étnico-racial, no entanto, a modalidade mais frequente adotadas pelas universidades públicas brasileiras tem os alunos da escola pública como beneficiários.

Para Dourado (2012, p. 12), “a articulação entre as condições de acesso e as condições de permanência, por meio de políticas e programas de apoio estudantis, são desafios a serem considerados como passos fundamentais à efetiva democratização da educação superior pública no país”.

De acordo com os autores apresentados nesta seção, é através das políticas sociais e ações afirmativas que o Estado promove a igualdade de condições aos grupos historicamente excluídos. Assim, na próxima seção, será apresentado um panorama da origem e do desenvolvimento da educação superior brasileira e das políticas desenvolvidas nesse nível de ensino.

## 2.2 O Ensino Superior Brasileiro e a Assistência Estudantil

Segundo Cunha (1980), os estabelecimentos de ensino no Brasil-Colônia chegaram em 1549 com os Jesuítas cuja missão era de conversão dos índios e apoio religioso aos colonos. Existiam 8 colégios de ensino superior que eram destinados aos filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, criadores de gado e oficiais, atendendo a demanda da elite que dispndia muitos recursos para mandar seus filhos estudarem fora do país.

Fávero (2006, p.19) ratifica essa ideia de universidade elitizada quando lembra “que ela foi criada não para atender às necessidades fundamentais da realidade da qual era e é parte, mas pensada e aceita como um bem cultural oferecido a minorias”.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, teve início a criação de instituições isoladas de ensino superior, que visavam formar burocratas e especialistas para o Estado (CUNHA, 1980).



Durante o período do Império não foi criada nenhuma universidade, embora houvesse movimentos nesse sentido. O autor acredita que o motivo seja a defesa do monopólio de concessão de privilégios profissionais, conforme se depreende desta passagem:

o aumento do número de diplomados poderia produzir, pela diminuição da raridade, a perda do valor intrínseco do diploma, em termos de poder, prestígio e remuneração, para os grupos corporativos compostos por indivíduos oriundos das classes dominantes ou cooptados por elas e interligados com os níveis mais elevados da burocracia do Estado (CUNHA, 1980 p.85).

Seguindo neste sentido, Fávero (apud FÁVERO, 2006, p.20) observa que “todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da metrópole de qualquer iniciativa que vislumbresse sinais de independência cultural e política da colônia”.

Para Leite e Morosini (1992), o Brasil negou a ideia de universidade durante o período colonial até o Império e o início da República, enquanto os países da América Latina de origem espanhola, tiveram suas universidades implantadas a partir do século XVI, seguindo o modelo medieval vigente na Europa.

Somente em 1920 foi criada a primeira universidade do país, a Universidade do Rio de Janeiro, através do Decreto nº 14.343, reunindo a Escola Politécnica, a Escola de Medicina e duas das faculdades livres de Direito, que foram fundidas. Em 1927 foi criada a Universidade de Minas Gerais (BRASIL, 1920, 1927).

Segundo Fávero (2006), a década de 1920 foi um período que intensificou o debate sobre o papel da universidade na sociedade, concepção e autonomia administrativa e didática, em virtude dos problemas e incongruências na criação das primeiras universidades.

O Decreto 5.616 (BRASIL, 1928) regulou a instalação de universidades nos Estados, estabelecendo critérios que visavam limitar sua multiplicação. O Decreto 5.612 (BRASIL, 1928) criou a Casa do Estudante Brasileiro em Paris com recursos públicos que tinha por fim “facilitar a vida material dos estudantes patricios na capital francesa”.

No início do governo do Presidente Getúlio Vargas (1930) surgiu a primeira ação de assistência estudantil, no Rio de Janeiro, a Casa do Estudante do Brasil, “instituição sem fins lucrativos, de cunho beneficente, que tinha por objetivo auxiliar os estudantes carentes”. No primeiro andar funcionava um bandeirão frequentado pelos estudantes pobres da cidade e por clandestinos que se passavam por estudantes para comer comida boa e barata (ARAÚJO, 2007, p. 23).

Nessa gestão também foram criados o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (1930); o Estatuto das Universidades Brasileiras (1931), que regravava a administração e autonomia das universidades e o Conselho Nacional de Educação (1931) cujo papel era de elaborar um plano nacional de educação (BRASIL, 1930, 1931).

Em 1937, em um período de repressão surge, como política educacional, a concessão de bolsas de estudos a “estudantes necessitados” e “conduta irrepreensível”, que não visava o bem-estar do estudante, mas o controle de suas atividades políticas (CUNHA, 1980).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB) foi instituída pela Lei nº 4.024 (BRASIL, 1961) e tinha como principais características: tendência descentralizadora, estabelecimento de limites mínimos de investimento na manutenção e desenvolvimento da educação para a União e os Estados e a aplicação de recursos públicos não exclusiva a instituições de ensino públicas.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foram criadas 11 universidades federais, a maior expansão da rede federal até então (MEC, 2012).

No governo do Presidente Castello Branco, a Lei nº 4.464 (BRASIL, 1964) instituiu como órgãos representativos dos estudantes o Diretório Acadêmico e o Diretório Central dos Estudantes, no âmbito da universidade.

A reforma universitária desse período, foi realizada através da Lei 5.540 (BRASIL, 1968) que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e concedeu autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades com o objetivo de aumentar a produtividade dos recursos materiais e humanos existentes.

Para Martins (2009, p.18) a expansão promovida pela reforma foi consequência de um período de tensão. Segundo o autor, o governo, pressionado por estudantes e docentes, encomendou estudos com o objetivo de propor medidas para o ensino superior que “não poderia continuar atendendo a um público restrito, tal como vinha acontecendo”.

Em 1970 foi criado o Departamento de Assistência Estudantil, órgão vinculado ao Ministério da Educação com o objetivo de manter uma política de assistência estudantil em nível nacional, através de programas específicos (COSTA, 2009).

Em 1987 foi criado o Fórum Nacional de Assuntos Estudantis e Comunitários, passando posteriormente a ser denominado Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). O fórum congrega os Pró-Reitores de Assuntos

Estudantis das IFES que, desde 1984, já se reuniam preocupados com as políticas de promoção e apoio aos estudantes (FONAPRACE, 2012).

O fórum realizou três pesquisas nacionais sobre o perfil socioeconômico dos estudantes nos períodos de 1996/1997, 2003/2004 e 2010 para traçar as diretrizes para os programas de assistência a serem desenvolvidos pelas instituições nesses períodos e, com base nos resultados da primeira pesquisa, solicitou a inclusão da Assistência Estudantil no 1º Plano Nacional de Educação (PNE). O Relator do PNE determinou a adoção de programas de assistência estudantil destinados a apoiar estudantes carentes que demonstrassem bom desempenho (VASCONCELOS, 2010).

De acordo com Corbucci (2004), no governo do Presidente Fernando Collor de Mello houve redução nos gastos com as despesas de pessoal, passando de 84% (do orçamento global das IFES) em 1990 para 75% em 1992.

O governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que teve as reformas constitucionais no centro de sua agenda, foi marcado por grande processo de reestruturação em todas as áreas do governo e recentralização de poder<sup>1</sup> e, embora a educação tenha sido colocada como uma área estratégica, sua gestão considerou importante promover uma reforma administrativa devido aos altos custos da rede federal, que consumia de 70% a 80% do orçamento do Ministério da Educação (MEC), para atender apenas 22% dos estudantes de graduação (CUNHA, 2003).

Nesse sentido, Fernando Henrique Cardoso aprovou legislações que focavam a regulamentação do setor e estabeleciam normas mais claras para o acesso, gestão e avaliação do ensino superior, no entanto, o grande incentivo para a expansão de vagas de graduação se deu na rede privada, devido ao ajuste fiscal implementado para controlar o gasto público e as políticas de estabilização do Plano Real.

A nova LDB foi instituída pela Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996) que previa a gestão democrática do ensino público, a progressiva autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares e a elaboração do PNE. A Lei estabelece no artigo 3º a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

Em 1998 foi instituído o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) através da Portaria nº 438 (MEC, 1998). O exame consiste em uma prova unificada a todos os

---

<sup>1</sup> ARRETICHE, M. Continuidades e discontinuidades da Federação Brasileira: de como 1988 facilitou 1995, 2009

MELO, M.A. O Sucesso Inesperado das reformas de segunda geração: federalismo, reformas constitucionais e política social, 2005

estudantes do país, concluintes do ensino médio, cuja nota pode ser adotada, por universidades públicas ou particulares, para a seleção de candidatos.

Sobre a exclusão social na educação superior Chauí (2003, p.13) considerou no início dos anos 2000: “a educação superior pública tem sido conivente com a enorme exclusão social e cultural dos filhos das classes populares que não têm condições de passar da escola pública de ensino médio para a universidade pública”.

A partir de agora cabe uma exposição mais detalhada das duas gestões do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010) e da primeira gestão da Presidente Dilma Rousseff (2010-2014) onde surgiram as políticas abordadas neste trabalho.

Os dois governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deram início efetivamente a um ciclo de políticas que pretendiam universalizar o ensino superior, e o aproximou das regiões menos favorecidas economicamente.

Na metade de seu primeiro mandato foi criado através da Lei nº 11.096 (BRASIL, 2005) o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concede bolsas de estudo integrais e parciais de 50% em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas.

Mas, as duas grandes políticas para a educação superior pública dessa gestão foram o REUNI e o PNAES, que visam facilitar o acesso e permanência nas universidades públicas de indivíduos que, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, teriam mais dificuldades de alcançar e concluir esse nível de ensino.

O REUNI foi instituído pelo Decreto nº 6.096 (BRASIL, 2007) com objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

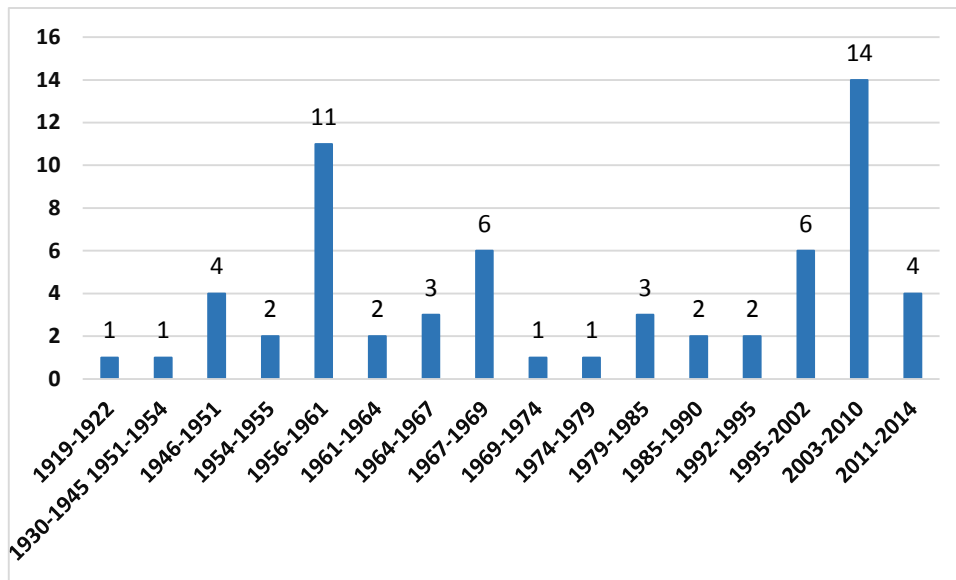
O programa apresenta como diretrizes: I- redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas, especialmente no período noturno; II- ampliação da mobilidade estudantil; III- revisão da estrutura acadêmica, buscando a constante elevação da qualidade; IV- diversificação das modalidades de graduação; V- ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil e VI- articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (BRASIL, 2007).

A proposta do Programa foi interiorizar o ensino superior, instalando universidades e institutos federais em municípios ou microrregiões com população acima de 50 mil habitantes

e com alta porcentagem de extrema pobreza. Segundo dados do MEC (MEC, 2012), o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 14 em 2003 para 237 até o final de 2011. Foram criadas 14 novas universidades e mais 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas.

Um panorama de criação das IFES ao longo do tempo, pode ser observado no Gráfico 1. O auge da expansão ocorreu na gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com 14 universidades criadas. A segunda maior expansão se deu no Governo Juscelino Kubitschek com 11 universidades, conforme citado anteriormente.

**Gráfico 1 - Linha do tempo da criação das Universidades Federais**



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ministério da Educação.  
Acesso: [portal.mec.gov.br/index](http://portal.mec.gov.br/index), 2014

Em 2007 foi instituído, no âmbito do MEC, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através da Portaria Normativa nº 39 (MEC, 2007), que será detalhado na próxima seção devido a sua relevância neste estudo.

Em 2010 o MEC implantou através da Portaria Normativa nº 2 (MEC, 2010) o Sistema de Seleção Unificada (SISU) que é um sistema informatizado, gerenciado pela Secretaria de Educação Superior, por meio do qual são selecionados os candidatos às vagas das IFES que utilizarão a nota do ENEM como única fase de seu processo seletivo. Por ser um processo seletivo unificado, propicia ao estudante a obtenção de vaga em qualquer universidade que integre o sistema.

Sobre o período de gestão 2002-2010 Abreu (2010, p.140) comenta:

o orçamento do Ministério da Educação passou de cerca de R\$ 18 bilhões em 2002 para cerca de R\$ 49 bilhões em 2010. Esse orçamento foi reflexo da decisão do governo federal de tomar a educação como área prioritária para a política nacional.

Na gestão da Presidente Dilma Rousseff, o REUNI, teoricamente concluído em 2009, desacelerou, mas mantiveram-se em expansão as políticas de ações afirmativas, como o sistema de cotas para ingresso nas universidades federais e o Programa Bolsa Permanência (PBP).

No sentido das ações afirmativas, ou política de cotas, a Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012) determinou que 50% das vagas das universidades federais sejam reservadas para estudantes oriundos de escolas públicas, combinando também critérios étnicos, raciais e sociais. Esse quantitativo total de reservas de vagas deve ser totalmente implementado até 2016.

O Programa Bolsa Permanência (PBP), instituído pela Portaria Interministerial 389 (MEC, 2013), concede auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que cumpram cumulativamente algumas condições, entre elas, possuir renda familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio e estar matriculado em curso cuja carga horária seja igual ou superior a cinco horas diárias.

O programa, dando suporte à Lei de Cotas, beneficia ainda os estudantes indígenas e quilombolas de forma diferenciada, concedendo auxílio igual a, pelo menos, o dobro dos demais estudantes, independentemente da carga horária de seus cursos (MEC, 2013).

Para Moehlecke (2002, p.200) as definições sobre ação afirmativa “introduzem a ideia de promover a representação de grupos inferiorizados na sociedade e conferir-lhes uma preferência a fim de assegurar seu acesso a determinados bens, econômicos ou não”.

Piovesan (2005, p. 51) destaca a importância da democratização do ensino superior promovida pelas ações afirmativas: “Note-se que a universidade é um espaço de poder, já que o diploma pode ser um passaporte para ascensão social. É necessário democratizar o poder e, para isso, há que se democratizar o acesso ao poder, vale dizer, o acesso ao passaporte universitário”.

Sobre a perspectiva de uma nova universidade pública Chauí (2003, p. 11) considera que ela só será possível quando ela for considerada um direito e não um privilégio e o Estado não a tome pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político.

A seguir será apresentada no Quadro 1 a cronologia da educação superior e assistência estudantil apresentada nesta seção.

**Quadro 1 - Cronologia da Educação Superior e da Assistência Estudantil**

<b>Governo</b>	<b>Ano</b>	<b>Legislação do Ensino Superior e Assistência Estudantil</b>
<b>Washington Luis</b>	1928	Criada a Casa do Estudante Brasileiro em Paris através do Decreto 5.612 Art 2º "Tem por fim facilitar a vida material dos estudantes patricios na capital franceza"
		Regula a criação de universidades nos Estados. Decreto 5.616
<b>Getúlio Vargas</b>	1930	Criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública
		Casa do estudante no Rio de Janeiro.
	1931	Conselho Nacional de Educação. Lei 19.850
		Estatuto da Universidades Brasileiras - Dec. 19.851 - regulamenta a administração das universidades
1937	Concessão de bolsas a "estudantes necessitados" e "conduta irrepreensível"	
<b>Juscelino Kubitschek</b>	1956	Grande expansão do ensino superior federal. Criação de 11 universidades
	1961	Lei de Diretrizes Bases da Educação. Lei 4024 Artigo 94 - Concede bolsas gratuitas para custeio total ou parcial dos estudos
<b>Castello Branco</b>	1964	Cria órgãos de representação discente - DA e DCE
<b>Costa e Silva</b>	1968	Reforma universitária. Lei 5.540 Fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior Grande expansão de vagas no ensino público e privado
	1970	Criação do Departamento de Assistência ao Estudante. Pretendia manter uma política ao graduando em nível nacional.
<b>1987 Criação do Fórum Nacional de Assuntos Estudantis e Comunitários - FONAPRACE</b>		
<b>Fernando H. Cardoso</b>	1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 9.394 - estabelece como princípio Art. 3º "I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola"
	1998	Institui o ENEM como exame unificado aos concluintes do ensino médio
<b>Luis Inácio Lula da Silva</b>	2005	PROUNI - Lei 11.096 concede bolsas para alunos oriundos do ensino médio público estudarem em instituições privadas de ensino superior
	2007	REUNI - Lei 6.096 - cria condições de acesso e permanência no ensino superior Criação de 14 universidades em microregiões e expansão das existentes
	2010	PNAES. Decreto 7.234 - dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil SiSU. Portaria Normativa MEC nº 2/2010. Institui o Programa de Seleção Unificada
<b>Dilma Rousseff</b>	2012	Lei 12.711 - reserva 50% das vagas de cursos de graduação nas instituições federais de ensino superior para estudantes oriundos de escolas públicas.
	2013	Portaria Interministerial 389 - cria o Programa Bolsa Permanência. Concessão de bolsas no valor de R\$ 400 para estudantes em situação de vulnerabilidade econômica, matriculados em cursos com carga horária superior a 5 horas por/dia. Beneficia indígenas e quilombolas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015

### 2.2.1 Programa Nacional de Assistência Estudantil

Conforme visto na seção anterior, o PNAES foi instituído em 2007 no âmbito do MEC. No entanto, sua Portaria de criação previa que o Programa seria implantado em 2008.

Em de 19 de julho de 2010 o PNAES foi instituído no âmbito da Presidência da República, com a finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

O artigo 2º do Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010) apresenta os objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

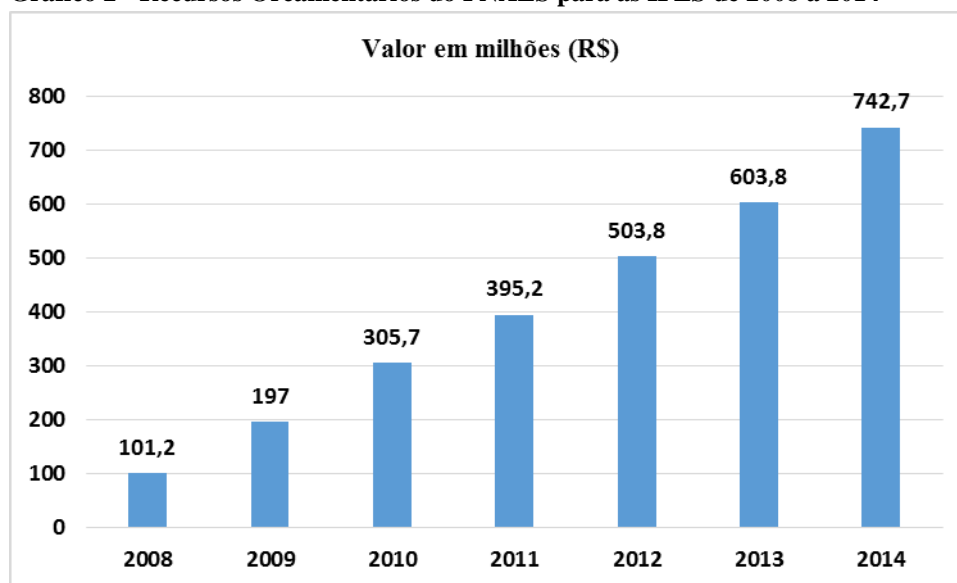
De acordo com o artigo 3º, o PNAES se efetiva por meio de ações de assistência estudantil desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010)

O artigo 5º prioriza que sejam assistidos pelo PNAES os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas IFES. Esse critério não constava na Portaria de criação do PNAES em 2007, que previa apenas que os estudantes seriam selecionados por critérios socioeconômicos (BRASIL, 2010).

Em seu primeiro ano o PNAES transferiu para as IFES R\$ 125,3 milhões para custear as ações de assistência estudantil. Os recursos foram incrementados anualmente, segundo dados contantes no documento “A democratização e a expansão da educação superior no país 2003-2014” (MEC, 2014).

O Gráfico 2 apresenta a evolução da transferência de recursos para as IFES:



**Gráfico 2 - Recursos Orcamentários do PNAES para as IFES de 2008 a 2014**

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Ministério da Educação.  
Acesso: [portal.mec.gov.br/index](http://portal.mec.gov.br/index), 2015

De acordo com o Gráfico 2, o crescimento de recursos transferidos do PNAES às IFES, no período de 2008 a 2014, foi de 733%, apontando que o Programa teve grande destaque nas duas gestões do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e na primeira gestão do Governo Dilma Rousseff (2010-2014).

Na próxima seção será dada ênfase aos Restaurantes Universitários, através dos quais as IFES ofertam a assistência alimentar, uma das mais importantes linhas da permanência estudantil.

### 2.3 Restaurante Universitário

Os Restaurantes Universitários (RU) são refeitórios instalados nas universidades onde a comunidade acadêmica (estudantes, servidores e visitantes) podem fazer uma refeição balanceada e saudável a um preço inferior aos estabelecimentos comerciais.

Para o FONAPRACE (2011) o restaurante universitário é o mais importante equipamento para a promoção da permanência estudantil pois, de acordo com a III Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras, 15% do universo dos estudantes utilizam os programas de alimentação.

Devido à relevância do RU no contexto universitário, será detalhado a seguir o surgimento da alimentação coletiva e das Unidades de Alimentação e Nutrição, além das funções alimentar e social do RU.

### 2.3.1 Origem do restaurante e da alimentação coletiva

Flandrin e Montanari (1998) observam que as origens do restaurante recuam aos limites da pré-história e da história, sendo que:

esse tipo de comércio surgiu com os mercados e as feiras que obrigam camponeses e artesãos a deixarem seu domicílio durante um ou vários dias e, portanto, a se alimentarem ao mesmo tempo em que estabelecem ou mantêm relações sociais, de amizade ou de negócios (FLANDRIN e MONTANARI, 1998, p.751).

Para os autores a Revolução Industrial atinge a história da alimentação em vários aspectos, mas antes de tudo pelo desenvolvimento das indústrias alimentares e pela redução drástica dos serviços domésticos. Com a Revolução Industrial, os restaurantes passaram a ter outra função além da gastronômica:

a de alimentar cotidianamente uma clientela cada vez mais numerosa de homens e mulheres que deixaram de fazer as refeições em casa – porque já não existe alguém para prepará-las ou porque trabalham muito longe de casa (FLANDRIN e MONTANARI, 1998, p. 701).

No Brasil, com o processo de industrialização, a relação entre saúde e rendimento no trabalho foi tornando-se mais evidente. Esses fatos, aliados às lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, geraram ações iniciais com a saúde do trabalhador e em 1939 o Governo Vargas instituiu a obrigatoriedade das empresas com mais de 500 empregados a instalarem um refeitório (PROENÇA, 2009).

Para Leal (2010), a intensa urbanização e industrialização, ocorrida durante os anos 1950 e 1960, aliada às intensas mudanças no estilo de vida da população e da crescente profissionalização das mulheres, foram responsáveis pelo aumento significativo da alimentação fora do domicílio.

Proença (2010) destaca a valorização crescente da alimentação fora de casa que, embora seja, em muitos momentos, a única opção possível, atende as condições impostas pela transformação do modo de vida.

Para Poulain (2006), a alimentação fora de casa desempenha um papel decisivo nas modificações da alimentação da esfera doméstica no domínio econômico. Trabalhando com clientelas mais ou menos cativas, o setor da alimentação coletiva reagrupa os estabelecimentos da alimentação escolar e universitária, da alimentação em empresas e do grande setor da saúde.

Para Vaz (2003) as empresas prestadoras de serviços de alimentação de coletividade tratam de alimentar pessoas fora do âmbito de suas residências, grupos variados de trabalhadores, estudantes, idosos, presidiários e enfermos.

O Conselho Federal de Nutricionistas, através da Resolução 380 (CFN, 2005), define alimentação coletiva como:

atividades de alimentação e nutrição realizadas nas Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), como tal entendidas as empresas fornecedoras de serviços de alimentação coletiva, serviços de alimentação auto-gestão, restaurantes comerciais e similares, hotelaria marítima, serviços de buffet e de alimentos congelados, comissarias e cozinhas dos estabelecimentos assistenciais de saúde; atividades próprias da Alimentação Escolar e da Alimentação do Trabalhador.

Sendo o serviço de alimentação coletiva realizado pelas Unidades de Alimentação e Nutrição (UANs), serão detalhados a seguir os tipos, objetivos e modo de gestão dessas unidades.

### 2.3.2 Unidade de Alimentação e Nutrição

De acordo com Abreu, Spinelli e Pinto (2013, p.35) a UAN consiste de:

um serviço organizado, compreendendo uma sequência e sucessão de atos destinados a fornecer refeições balanceadas dentro dos padrões dietéticos e higiênicos, visando, assim, atender às necessidades nutricionais de seus clientes, de modo que se ajustem aos limites financeiros da instituição.

Para as autoras, as UANs podem ser: institucionais (situadas em locais cuja demanda de clientes é fixa, como empresas e escolas); comerciais (representadas por restaurantes

abertos ao público); hotéis; comissarias ou caterings e cozinhas dos estabelecimentos assistenciais de saúde (ABREU, SPINELLI e PINTO, 2013).

Para Colares e Freitas (2007, p. 3011) a finalidade de uma UAN é

administrar a produção de refeições nutricionalmente equilibradas com bom padrão higiênico-sanitário para consumo fora do lar, que possam contribuir para manter ou recuperar a saúde de coletividades, e ainda, auxiliar no desenvolvimento de hábitos alimentares.

Abreu, Spinelli e Pinto (2013) destacam ainda as modalidades de gestão, e distribuição das refeições. Em relação ao gerenciamento da UAN existem as modalidades de: Autogestão (a própria empresa possui e gerencia a UAN, produzindo refeições que serão servidas aos seus funcionários) e Concessão (a empresa cede seu espaço de produção e distribuição para um particular ou para uma empresa especializada em administração de restaurantes, livrando-se dos encargos de gestão da UAN). No gerenciamento por concessão os contratos podem ser estabelecidos pelo preço fixo da refeição, por uma taxa de serviço ou por taxa fixa.

Zanella (2007) denomina o sistema de concessão como regime de comodato ou locação, que vem sendo praticado habitualmente por clubes e entidades que não dispõem de estrutura própria e interesse no atendimento ou exploração direta do serviço e consiste na cessão das instalações de um restaurante para terceiros podendo abranger o local, equipamentos, móveis, utensílios e outros benefícios conforme contrato firmado pelas partes interessadas.

Quanto ao sistema de distribuição de refeições, Abreu, Spinelli e Pinto (2013) classificam em centralizado, quando as refeições são produzidas e distribuídas no mesmo local, e o descentralizado, no qual as refeições são produzidas em um local (cozinha central) e distribuídas para outros locais, podendo ainda haver a combinação de um sistema misto, parcialmente centralizada e descentralizada.

Teixeira et al. (2007, p. 16) consideram a UAN como um subsistema integrante do sistema maior, a empresa, desempenhando uma atividade-fim, como num hospital onde o objetivo final é a saúde da população que atende; ou desempenhando atividades-meio, quando são:

[...](frequentemente denominadas de refeitório) das indústrias, instituições escolares, creches, asilos e abrigos, desenvolvendo atividades que procuram reduzir o índice de acidentes, taxas de absenteísmo, melhorar a aprendizagem, prevenir e manter a saúde daqueles que atendem, colaborando, assim, para que sejam realizadas, da melhor forma possível, as atividades fins da entidade.

Para Proença (2009) a concessão é uma alternativa quando a empresa considera os trâmites e encargos da autogestão (providenciar instalações e equipamentos, contratar e treinar equipe especializada, adquirir matéria prima e gerir o processo) muito pesados e distantes de sua atividade fim.

#### 2.3.2.1 Origem dos Restaurantes Universitários

Proença (2009), observa que o desenvolvimento dos RU's nas universidades brasileiras foi contribuído por fatores como a construção dos campi universitários nas periferias das grandes cidades, aumentando o trajeto e o tempo gasto entre casa e universidade e dificultando a utilização de restaurantes comerciais e a alimentação no próprio domicílio; e o fato de o grande número de estudantes universitários não ser oriundo das cidades nas quais se localizam as universidades, não dispendo, portanto, de uma estrutura domiciliar que contribua para a alimentação.

Andrés (2011) afirma que a tradição do apoio estudantil se alicerça principalmente no provimento direto ou mesmo na facilitação, por algum meio indireto, de moradia estudantil e na garantia de alimentação subsidiada, mediante os restaurantes universitários, cuja tradição acompanha a história e a trajetória de fundação, fixação e desenvolvimento das instituições públicas e privadas. “Pode-se dizer que praticamente todas as instituições de ensino superior têm o seu equipamento do gênero, por razões tanto práticas quanto assistenciais” (ANDRÉS, 2011, p. 4).

O papel do RU dentro da universidade é de grande importância para a comunidade acadêmica uma vez que, além do fornecimento de refeições a baixo custo para os estudantes, o que em muitos casos é primordial para a qualidade de vida e para a garantia de alimentação, o restaurante é também utilizado como campo de estágio para as mais diversas disciplinas, devido a grande diversificação das atividades desenvolvidas (ZUNINO, 2009).

Proença (2010) destaca a importância do convívio no momento das refeições, mesmo que, em lugar de membros da família, sejam envolvidos elementos da coletividade da qual a pessoa faz parte.

Vasconcelos (2010) evidencia a necessidade de criar, manter e ampliar os programas que garantam apoio à alimentação dos alunos de baixa renda, como forma de garantir a permanência do estudante no campus, otimizando seu tempo de vida acadêmica e contribuindo para o seu desempenho. Para a autora, é fundamental que o RU seja espaço gerador de atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Entretanto, Haddad (2013) considera que, para os estudantes, a importância do RU ainda está predominantemente relacionada ao aspecto financeiro, sendo o baixo preço condição tão ou mais importante que uma refeição balanceada e com qualidade.

No entanto, conforme será apresentado a seguir, a oferta da alimentação apresenta um dos mais elevados gastos das políticas de permanência sendo, a mão de obra, um dos itens mais representativos da composição de custos da refeição.

### 2.3.3 Custo da Refeição

Para Proença (2010, p.43) “os recursos envolvidos em alimentação, em termos de mercado, são consideráveis, perfazendo um montante bastante superior àqueles relativos a outros setores”.

Medeiros et al. (2012) apuraram o custo das refeições produzidas nos Restaurantes Universitários da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no ano de 2012 e chegaram ao custo unitário do desjejum de R\$ 7,43 e da refeição (almoço e jantar) de R\$ 8,93. Os autores consideraram os custos diretos e indiretos que envolvem o preparo da refeição e identificaram que as despesas com pessoal que, no caso da UFSM, envolvem mão de obra terceirizada e os servidores do quadro funcional da universidade, é o item mais representativo da composição, sendo que no desjejum corresponde a cerca de 72,85%, e no almoço e jantar a 60,62%.

Os autores identificaram ainda que, dos recursos destinados à assistência estudantil na UFSM em 2012, os restaurantes universitários foram responsáveis por cerca de 41% dos gastos, consumindo R\$ 3.593.935,09 do montante de R\$ 8.766.609,85 (MEDEIROS et al., 2012).

Zunino (2009) apurou os custos e o desempenho socioeconômico do Restaurante Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2008. Em relação à mão de obra para o preparo de refeições, o RU da UFSC possuía ainda 49 servidores federais, além de um contrato de prestação de serviços com 21 profissionais da categoria “cozinheiros”, totalizando 70 profissionais envolvidos no preparo das refeições. O gasto com a mão de obra terceirizada foi de R\$ 415.531,73 e correspondeu a 8,70% do valor do custo do RU em 2008 e o gasto com servidores federais foi de R\$ 2.121.710,32 (incluindo salários, benefícios e encargos), representando 44,40% dos custos do RU. Somados os gastos com as duas categorias, o valor de custos com a mão de obra correspondeu a 53,10%. O custo total do RU em 2008 foi de R\$ 4.778.761,00 e o custo unitário da refeição foi de R\$ 7,75. O valor de recursos destinados ao RU foi de R\$ 3.588.669 (75,10% dos custos) e o valor a complementar R\$ 1.190,92 (24,90% dos custos) foi coberto com a venda de tíquetes das refeições e com recursos próprios da universidade.

Verifica-se, em ambos os casos, que a mão de obra é o item mais representativo da composição de custos das refeições, sendo correspondente a 72,85% na UFSM e 53,10% na UFSC.

Com o intuito de enxugar os custos com a máquina administrativa, o Governo Federal extinguiu os cargos não envolvidos com o desempenho das atividades finalísticas dos órgãos públicos, direcionando essas atividades para a execução indireta, conforme será apresentado na próxima seção.

## 2.4 Aspectos da Gestão Pública

As universidades federais são criadas na forma de autarquias, ou seja, são instituídas pelo MEC para prestarem serviços educacionais de forma descentralizada. Enquanto órgãos da administração pública indireta dependem de recursos públicos para a realização de suas atividades e estão subordinadas ao Direito Administrativo e às normas de fiscalização, controle e gestão financeira da gestão pública.

Destaca-se nesta seção as regras do Orçamento Público e a Terceirização de atividades não-finalísticas, que impactam na implantação de ações de permanência estudantil e na gestão dos restaurantes universitários.

### 2.4.1 Orçamento Público

O planejamento em órgãos da administração pública está diretamente relacionado ao seu orçamento, que prevê os recursos a serem arrecadados e fixa as despesas a serem alocadas na implantação de ações do governo.

Para Shafritz, Russell e Borick, (apud RIBEIRO, 2011, p.15):

a construção do orçamento é simplesmente o processo de tomada de decisão mais importante nas instituições públicas, onde estão presentes as prioridades da política, bem como seus efeitos, os objetivos dos programas e todo o esforço governamental esboçado nos serviços à sociedade.

Para Pires (2011, p.14) “orçamento público é um instrumento de relacionamento entre cidadãos-eleitores-contribuintes e governos-administradores públicos-legisladores, cujo objetivo é auxiliar na obtenção de bem-estar social ao menor custo possível para todos”.

A princípio, a função do orçamento público era controlar as finanças e os gastos públicos. Recentemente, tem assumido um caráter gerencial, e nota-se uma preocupação com o planejamento e com a qualidade do gasto.

No Brasil, o orçamento passa por um processo de evolução conceitual. A Lei 4.320 (BRASIL, 1964) estabeleceu normas para elaboração e controles dos orçamentos e balanços da administração pública e apresenta a incorporação de terminologias orientadas ao planejamento (RIBEIRO, 2011).



O Decreto-Lei 200 (BRASIL, 1967), que estabeleceu diretrizes para a reforma administrativa do Estado, trouxe em seu artigo 6º os princípios fundamentais da Administração Federal: planejamento, coordenação, descentralização, delegação e controle e apresentou em seu artigo 7º o orçamento-programa anual como instrumento básico de planejamento.

Guedes (1999) destaca a obra “Orçamento Público” de Jesse Burkhead e traz algumas considerações importantes sobre a evolução do orçamento público. Segundo o autor, o orçamento evoluiu gradativamente de uma discussão restrita ao controle político do parlamento sobre o executivo e tornou-se um momento estratégico:

O impacto promovido pela discussão do Orçamento na organização (inerente ao processo orçamentário) tornou-se, pela prática, um momento benéfico de grande potencialidade para a busca de ações públicas coordenadas, que significam, em última instância, a alocação precisa de recursos escassos (GUEDES, 1999, p.34).

Segundo Machado (apud Ribeiro 2011, p.22) a introdução do orçamento-programa no Brasil:

atendeu a uma mudança de mentalidade em relação ao planejamento: ao invés de se procurar fazer o planejamento com base na alocação dos recursos necessários aos objetivos pretendidos, reconhecia-se que o planejamento deveria ser realizado a partir de recursos disponíveis, alocáveis para objetivos viáveis.

A cultura de planejamento no setor público foi aprofundada com a Constituição Federal de 1988 que estabeleceu aos entes federativos a obrigatoriedade de elaborar três peças orçamentárias: o Plano Plurianual (PPA), que é o plano estratégico do governo, a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o plano operacional e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que se constitui no elo de ligação entre os planos estratégico e operacional. Essas leis são de iniciativa do Poder Executivo e devem ser aprovadas pelo Poder Legislativo.

Pires (2011, p. 67) observa que o sistema orçamentário integra o planejamento governamental, que é mais amplo, abrangendo planejamentos de longo prazo, com mais de 5 anos (como os Planos Diretores); os de médio prazo – 4 anos (PPA); e os de curto prazo – 1 ano (LDO e LOA). Além desses, a programação financeira é vista como um planejamento de curtíssimo prazo, dentro do exercício financeiro. Para ele, os planejamentos de longo prazo definem o que deve ser feito, enquanto os de curto e curtíssimo prazo definem o que pode ser

feito, de acordo com a disponibilidade financeira e o planejamento de médio prazo procura compatibilizar esses desafios.

Burkhead (apud Guedes, 1999, p. 38) alerta para o problema fundamental da temporalidade entre a programação, tempo de elaboração dos planos, e a execução orçamentária, tempo futuro nos quais os planos serão realizados.

De acordo com Jund (2006, p. 61):

o orçamento deve contribuir com a redução das desigualdades da sociedade, uma vez que consiste em poderoso instrumento de planejamento das ações governamentais, possibilitando a distribuição de riquezas, sendo necessário, para isso, que a sua elaboração e execução sejam realizadas com a responsabilidade e a competência necessárias à correta gestão em prol do interesse público.

Para Marinho e Façanha (1999) as IFES são agentes essenciais de desenvolvimento econômico, no entanto, os recursos disponíveis para a distribuição entre as universidades públicas são escassos.

#### 2.4.2 Terceirização

A terceirização é um tema controverso e abrangente que tem sido amplamente discutido na sociedade brasileira em razão da aprovação na Câmara dos Deputados, em abril de 2015, do Projeto de Lei nº 4330, que dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes.

Esta seção não abarcará todas as polêmicas que envolvem o tema. Contudo, faz-se necessário a apresentação de algumas discussões mais relevantes e dos ordenamentos jurídicos que regulam a relação entre órgãos públicos e empresas terceirizadas, uma vez que as universidades federais geralmente oferecem as refeições à sua comunidade através de restaurantes universitários terceirizados, em virtude da extinção de cargos de servidores para esse tipo de serviço.

#### 2.4.2.1 O setor público e a terceirização

Para Alves (2002, p.3), terceirização é:

um instrumento utilizado pela administração pública para reduzir ou suprimir a participação do Estado em atividades não-essenciais, buscando diminuição dos gastos públicos, aumento da qualidade e maior eficiência da máquina administrativa[...] é, pois, a descentralização de serviços da atividade-meio da administração pública para uma empresa privada que os executará como sua atividade-fim.

Garcia (2010, p. 12, 17, 21) apresenta algumas reflexões sobre a distinção de atividades (fim/meio) na terceirização aplicada à administração pública nas quais destaca-se neste trabalho:

- Descompasso entre a limitação fixada e o mundo dos fatos, uma vez que não há critério seguro para diferenciar atividade-meio de atividade-fim
- A decisão da terceirização não é livre, tendo o administrador que se fundamentar no princípio da eficiência, quando não devam ser valorados apenas os aspectos econômicos mas, deve-se buscar os melhores resultados para atendimento do interesse público
- A coexistência de servidores efetivos e terceirizados é indesejável, criando disparidades remuneratórias entre agentes que executam a mesma função.

Marcelino (2007, p. 62-64) adota uma definição mais abrangente que opta por privilegiar a relação empregatícia estabelecida por essa forma de gestão e elenca as principais formas de terceirização:

- Cooperativas de trabalhadores que prestam serviço para uma empresa contratante;
- Empresas externas que pertencem à uma rede de fornecedores para uma empresa principal, como os fornecedores de autopeças para as montadoras;
- Empresas externas à contratante, subcontratada para tarefas específicas, tais como as centrais de atendimento;
- Empresas de prestação de serviços internos à contratante: limpeza, manutenção, montagem, jardinagem, segurança, logística, recursos humanos, etc;

- Personalidades Jurídicas, constituída por um trabalhador apenas. Há uma empresa interposta (a dele), o que faz diminuir sensivelmente os custos com a força de trabalho (a sua própria) e a carga tributária que recai sobre as contratantes;
- Quarteirização ou “terceirização em cascata” ocorre quando uma empresa gerencia os contratos da principal; subcontratação por empresa já subcontratada;

Garcia (2010) observa que a maioria dos doutrinadores e gestores absorveu o parâmetro de atividades-fim e atividades-meio como limitador das terceirizações. No entanto, esse critério não tem sede na Constituição Federal nem na legislação ordinária que disciplina o tema, sendo inserida pela Súmula 131 do Tribunal Superior do Trabalho (TST):

- I- A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador dos serviços, salvo no caso de trabalho temporário (Lei nº 6.019 de 03.01.1974)
- II- Não forma vínculo de emprego com o tomador a contratação de serviços de vigilância (Lei nº 7.102 de 20.06.1983) de conservação e limpeza, bem como a de serviços especializados ligados à atividade-meio do tomador, desde que inexistente a pessoalidade e a subordinação direta” (GARCIA, 2010, p.4).

De acordo com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Súmula do TST, que proíbe a terceirização na atividade-fim, é a única salvaguarda legal dos trabalhadores atualmente, estando ameaçada pelos projetos de Lei que tramitam no Congresso. Para a entidade, as terceirizações aparecem como o mais importante instrumento de privatização e precarização dos serviços públicos:

o problema torna-se crônico quando as terceirizações e outros tipos de contratos precarizados crescem em quantidade significativa nos serviços públicos. Quando se constata, por exemplo, que aproximadamente 35% dos que trabalham no serviço público federal são contratos distintos da Lei 8.112/90 (Regime Jurídico único) [...]. (CUT, 2014, p.48).

Para Marcelino (2007, p.60), toda vez que uma empresa subcontrata, ela transfere para outra os riscos e parte dos custos com a contratação da força de trabalho “isso porque o contrato deixa de ser trabalhista (empresa x trabalhador) e passa a ser comercial ou civil (empresa x empresa)”.

É o que se observa na definição de Garcia (2010, p.6) “o relacionamento deve ser entre o gestor/fiscal do contrato e o preposto do contratado. O servidor público não pode exercer poder de mando sobre os empregados da contratada”.

De acordo com Alves (2002, p. 8) a terceirização age como objeto de exclusão social e discriminação, uma vez que “a contratação e remuneração diferenciada para funções e cargos equivalentes desenvolvem comparações inevitáveis entre temporários e efetivos, gerando supostos status dentro da empresa”.

É o que Colares (2007, p.3015) identificou na relação entre servidores públicos e terceirizados em estudo sobre Processo de Trabalho e Saúde de Trabalhadores no Restaurante Universitário da Universidade Federal Fluminense (UFF):

A convivência entre servidores públicos e trabalhadores terceirizados traz alguns conflitos porque os prestadores de serviços, embora exerçam as mesmas funções, têm menor remuneração e direitos trabalhistas diferenciados, o que gera sentimento de inferioridade, frustração e desmotivação no trabalho.

O Decreto-Lei nº 200 (BRASIL, 1967) que dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece em seu Capítulo III – Descentralização, que as atividades da administração federal deverão ser amplamente descentralizadas, em três planos: dentre os quadros da administração federal, distinguindo-se o nível de direção e de execução; da administração federal para as unidades federadas, mediante convênio e da administração federal para a órbita privada.

Sobre a descentralização da Administração Federal para a órbita privada o Decreto estabelece que:

Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução (BRASIL, 1967, art. 10, §7º).

Referindo-se ao Decreto supracitado, Alves (2002, p.4) observa que “a norma tinha a intenção de evitar que a máquina se agigantasse descontroladamente e que, desincumbida das atividades acessórias, desenvolvesse suas atividades-fim com eficiência, eficácia e economicidade”.

O Decreto nº 2.271 (BRASIL, 1997) dispõe que não poderão ser terceirizadas pela Administração Pública Federal as atividades inerentes às categoriais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente.

A Lei nº 9.632 (BRASIL, 1998) extinguiu no âmbito da Administração Pública Federal uma série de cargos, entre eles, os de açougueiro, ajudante de cozinha, cozinheiro e garçon, cujas funções são essenciais para o preparo das refeições nos restaurantes universitários.

Com a extinção dos cargos que não desempenham atividades-fim nos órgãos públicos, o Governo Federal induz a terceirização dos serviços, com vistas a redução de gastos.

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Tipo de Pesquisa

Considerando o objetivo da pesquisa de verificar a implementação dos diferentes modelos de políticas de permanência estudantil nas Universidades Federais do Estado de São Paulo, foi realizado um Estudo Multicaso.

Para Yin (2010, p.39) um estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”. Para o autor este tipo de pesquisa inclui tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos.

Martins e Theóphilo (2009) destacam que uma pesquisa orientada pela estratégia de um Estudo de Caso requer um minucioso detalhamento de todo o desenvolvimento do caso, sendo precedido pela exposição do problema de pesquisa e das proposições orientadoras da investigação.

Para a coleta dos dados e evidências foi estruturado um Protocolo do Estudo de Caso que, detalhadamente, orientou a condução da pesquisa.

##### 3.1.1 Protocolo do Estudo de Caso

De acordo com Yin (2010, p.6):

o protocolo é uma maneira importante de aumentar a confiabilidade da pesquisa de estudo de caso e se destina a orientar o investigador na realização da coleta de dados de um caso único, mesmo se o caso único for um de vários em um estudo de casos múltiplos.

O protocolo deste estudo segue as seções propostas por Yin (2010): Visão Geral do projeto do estudo de caso; Procedimentos de campo; Questões de estudo de caso; Guia para o relatório do estudo de caso.

##### 3.1.1.1 Visão Geral

Para orientar esta pesquisa, e analisar as universidades em relação às políticas de permanência estudantil adotadas, foram elaboradas quatro proposições:

1ª Proposição: “o número de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica vem aumentando ao longo do tempo”.

2ª Proposição: “Os recursos repassados do PNAES para as universidades têm aumentado ao longo do tempo, no entanto, não acompanham a demanda de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica”.

3ª Proposição: “a alimentação é a linha temática responsável pelo maior gasto na política de permanência”.

4ª Proposição: “a terceirização dos restaurantes universitários oneram ainda mais os gastos com a assistência alimentar”.

Para Martins e Theóphilo (2009, p.65) as proposições “podem ser entendidas como uma teoria preliminar, criada pelo autor, que buscará, ao longo do trabalho, defender e demonstrar”.

#### 3.1.1.1.1 Contexto para o Estudo de Caso

As 63 universidades federais compõem o contexto desta pesquisa, uma vez que todas, enquanto órgãos da administração pública, devem promover ações de permanência estudantil, objeto de estudo deste trabalho.

Yin (2001, p. 36) destaca que se “a unidade de análise for um pequeno grupo, por exemplo, as pessoas incluídas no grupo (tópico imediato do estudo de caso) devem ser distinguidas daquela que estão fora dele (o contexto para o estudo de caso)”.

#### 3.1.1.1.2 Unidades de Análise

As unidades de análise selecionadas para esta pesquisa foram as três Universidades Federais do Estado de São Paulo: Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

Para a seleção dessas instituições foram considerados dois elementos:

- Acessibilidade: facilidade de acesso às universidades, pela proximidade geográfica.
- Tipicidade: as universidades escolhidas para a amostra compõem a rede federal e estão situadas no mesmo Estado.



#### 3.1.1.1.3 Delimitação do Estudo

Os dados e evidências coletados cobrem o período temporal de 2011, primeiro ano subsequente à transformação do PNAES em Programa Federal, a 2014. Antes desse período, as ações de permanência eram pontuais e, em alguns casos, as universidades não estavam estruturadas fisicamente ou não possuíam políticas aprovadas em seu âmbito.

#### 3.1.1.1.4 Aprovação da Pesquisa

Este estudo cumpriu os princípios éticos recomendados para pesquisas envolvendo seres humanos, tendo sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo (projeto nº 561/15) e tendo os participantes assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, além de autorização para divulgação dos dados e citação das Instituições Pesquisadas.

#### 3.1.1.2 Procedimentos de campo

Preparação das entrevistas: Durante a análise documental, foram coletados os dados gerais sobre as políticas implementadas em cada instituição, através de Resoluções, Editais, Atas dos Conselhos, Relatórios de Gestão e informações disponibilizadas nos *sites* das universidades.

Para Godoy (1995, p.21) a pesquisa documental é constituída do exame de materiais de natureza diversa, que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas e/ou interpretações complementares.

Posteriormente, foi elaborado um banco de dados que reuniu as informações das três universidades em um único arquivo. Dessa forma, foi possível verificar quais dados não foram encontrados na análise documental e que deveriam ser coletados no momento das entrevistas. Assim, verificou-se a necessidade de desmembrar o roteiro para entrevista em duas partes: uma a ser preenchida com os dados numéricos e a outra com as perguntas sobre a percepção e opinião dos gestores em relação às políticas implementadas. As duas partes foram adaptadas para cada instituição, e enviadas no momento do agendamento.

Agendamento das entrevistas: No dia 26/05/2015 foi enviado um *email* único com a solicitação de entrevista aos responsáveis pela política de permanência estudantil das

universidades: UNIFESP, UFSCAR e UFABC. Dessa forma, cada entrevistado pôde confirmar que a solicitação foi feita simultaneamente para as três universidades. O *email* continha a apresentação da pesquisadora, o objetivo da pesquisa e a solicitação que as entrevistas ocorressem, se possível, na primeira semana de junho. Foram anexados os seguintes documentos:

- Solicitação de Autorização Institucional, para coleta de dados e divulgação do nome da instituição na pesquisa;
- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O Termo contempla: os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa; a participação voluntária; e confidencialidade. No documento foram disponibilizados dados da pesquisadora, da orientadora e do Comitê de Ética em Pesquisa ao qual esta pesquisa foi submetida. Foi garantida aos entrevistados a preservação de suas identidades, desse modo, as informações são apresentadas pelo nome da instituição.
- Roteiro para a entrevista. Os gestores foram informados de que, com a utilização de um roteiro semiestruturado, poderiam haver questões complementares no desenvolvimento da entrevista e que os entrevistados poderiam fazer as considerações que julgassem necessárias.

Realização das entrevistas - as entrevistas foram realizadas nas seguintes datas e locais:

- UNIFESP – 03/06/15 às 10 horas no prédio da Administração Central em São Paulo. A entrevista foi realizada no tempo de quarenta e oito minutos. Na ocasião, a entrevistada assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo já assinado, anteriormente, a Autorização Institucional.
- UFSCAR – 11/06/15 às 11 horas no Campus São Carlos. A entrevista foi realizada com o gestor da área e demais membros de sua equipe no tempo de trinta e quatro minutos. Na ocasião, o entrevistado assinou a Autorização Institucional e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados complementares solicitados (quantitativos) foram recebidos por *email* em 02/07/2015.

- UFABC – 17/06/15 às 11 horas no Campus Santo André. A entrevista foi realizada em quarenta e sete minutos. Na ocasião foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A Autorização Institucional foi recebida por *email* em 19/06/2015 e os dados complementares em 24/06/2015.

Todos os entrevistados concordaram com a gravação da entrevista que foi transcrita através do *software Word*.

### 3.1.1.3 Questões para o Estudo de Caso

As questões da entrevista e os dados coletados foram elaborados de forma a responder as seguintes proposições:

1ª Proposição: “o número de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica vem aumentando ao longo do tempo”.

Para responder esta proposição foi realizada a combinação de dados quantitativos, (número de alunos matriculados na graduação *versus* o número de alunos beneficiados pelos programas de permanência) e da percepção do impacto da Lei de Cotas, na política de permanência da universidade.

Três perguntas no questionário contemplam esta questão:

- Qual o percentual de alunos atendidos pela política de permanência em relação aos alunos matriculados em cursos de graduação presenciais?
- Houve impacto da Lei de Cotas na política de permanência da universidade?
- Qual o valor per capita considerado para o estudante ter direito ao programa de assistência estudantil?

2ª Proposição: “Os recursos repassados do PNAES para as universidades têm aumentado ao longo do tempo, no entanto, não acompanham a demanda de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica”.

Para testar esta proposição foram verificados os valores que as universidades receberam através do PNAES e as ações implantadas.

Como as ações de permanência podem ser bastante distintas nas universidades, foram elaboradas perguntas que identifiquem o modo de gasto dos recursos e as regras que podem refletir no aumento ou diminuição da demanda de alunos assistidos. Assim, para esta proposição foram elaboradas as seguintes perguntas:

- Qual o valor recebido através do Programa Nacional de Assistência Estudantil no período de 2011 a 2014?
- Os recursos oriundos do PNAES têm sido suficientes para atender todos os alunos que se enquadram nos critérios de vulnerabilidade social? Em caso negativo, como tem sido feita a complementação de recursos?
- Quais são as faixas de perfil socioeconômico existentes na política de permanência?
- Quais são os auxílios e valores disponíveis aos estudantes, relativos às ações estratégicas da permanência?
- É possível que um aluno receba mais do que um auxílio? Em caso positivo, qual o valor máximo a ser recebido pelo estudante de maior vulnerabilidade socioeconômica?
- Qual a periodicidade de revisão desses valores?

3ª Proposição: “a alimentação é a linha temática responsável pelo maior gasto na política de permanência”.

Para responder esta proposição, foram elaboradas questões que fizessem um diagnóstico de cada universidade na linha da alimentação e identificassem o total gasto dessa modalidade no montante da permanência estudantil.

- Como a Assistência Alimentar é ofertada?
- Qual foi o valor da refeição (contratada ou produzida) em 2014?

- Qual o valor que o aluno paga na refeição? O valor é fixo (todos pagam o mesmo valor)? O valor é variável (dependendo da situação socioeconômica)? Existem casos de isenção? Qual a periodicidade de revisão desses valores?
- Alunos que não são beneficiários das políticas de permanência recebem subsídio no RU?
- Qual o percentual de gastos com a assistência alimentar no montante dos recursos do PNAES no período de 2010 a 2014?

4ª Proposição: “a terceirização da oferta de refeições onera ainda mais os gastos com a assistência alimentar”.

Para responder esta proposição foram comparados os valores e os tipos de gestão (própria ou terceirizada) dos restaurantes universitários das universidades.

- Do ponto de vista do fornecimento da alimentação, a refeição é contratada (terceirizada) ou produzida pelo próprio Restaurante Universitário? Explique como se dá esse processo.
- Do ponto de vista administrativo, como é feita a contratação ou a compra de gêneros alimentícios? Centralizada pelo órgão responsável pela política de permanência? descentralizada, diretamente pelos campi, ou outro?

Além das questões acima, foi elaborada uma pergunta sobre a projeção de cenários futuros para a assistência estudantil e outra que possibilitou ao entrevistado relacionar alguma informação importante que não foi considerada nas questões:

- Tendo em vista a situação atual da universidade em relação à assistência estudantil, como projeta cenários futuros?
- Alguma informação que julgue relevante e não foi considerada nas questões anteriores?

## Possíveis Fontes de Dados e Evidências

De acordo com Martins (2008, p.23) “a pesquisa orientada por um Estudo de Caso necessita da adoção de diversas técnicas de coleta de dados. [...] combinações de técnicas são permitidas visando à melhor qualidade da pesquisa”.

Neste estudo foram utilizadas três fontes de dados:

- Análise Documental: Resoluções, Editais de Seleção, Atas dos Conselhos, Relatórios de Gestão e informações disponibilizadas nos *sites* das universidades.
- Entrevistas;
- Base de Dados: informações dos bancos de dados das universidades, não localizadas na análise documental e nos *sites* das universidades.

### 3.1.1.4 Guia para o relatório do estudo de caso

Martins e Theóphilo (2009, p.61) a estratégica deste tipo de pesquisa pede avaliação qualitativa, pois seu objetivo é o estudo de uma unidade social que se analisa profunda e intensamente, não conseguida plenamente pela avaliação quantitativa.

Para Richardson (2012, p.79) o método qualitativo “não emprega instrumental estatístico como base no processo de análise de um problema [...] é uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

Dessa forma, nesta pesquisa foi realizada uma análise qualitativa dos dados numéricos constantes nos relatórios de gestão e outros documentos das universidades, das evidências coletadas nas entrevistas e das informações dos bancos de dados das universidades. O processamento dos dados pelo *software Excel* gerou gráficos que permitiram a comparação entre as três universidades sobre o quantitativo de alunos matriculados na graduação, alunos atendidos pela assistência estudantil, bem como a evolução de gastos da política de permanência no período de 2010 a 2014.

## 4 CONTEXTO DE ESTUDO: AS UNIVERSIDADES PESQUISADAS

Neste capítulo serão apresentadas as três universidades analisadas nesta pesquisa: A Universidade Federal de São Carlos, mais antiga do Estado de São Paulo; a Universidade Federal de São Paulo, e a Universidade Federal do ABC que foi uma das universidades criadas pelo REUNI.

### 4.1 Universidade Federal de São Paulo

A Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) foi criada através da Lei nº 8.957 (BRASIL, 1994) que transformou a Escola Paulista de Medicina, uma das mais importantes escolas médicas do país, em universidade e deu início a um grande processo de expansão.

A partir de 2006 novos cursos de graduação e novos campi foram criados e a universidade que atuava até então especificamente na área da saúde, passou a abranger diversas áreas de conhecimento. Nesse ano, o primeiro campus da expansão, Baixada Santista, iniciou suas atividades com cursos de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional.

Em 2007, ano de maior expansão da universidade três novos campi iniciaram suas atividades: Campus Diadema com os cursos de Farmácia/Bioquímica, Ciências Biológicas, Ciências Químicas e Farmacêuticas, Química e Engenharia Química; Campus Guarulhos com cursos na área de humanidades: História, Pedagogia, Ciências Sociais, Filosofia, Letras e História da Arte; e o Campus São José dos Campos com cursos de Ciências da Computação. Atualmente o campus oferece também os cursos de Matemática Computacional e Ciência e Tecnologia.

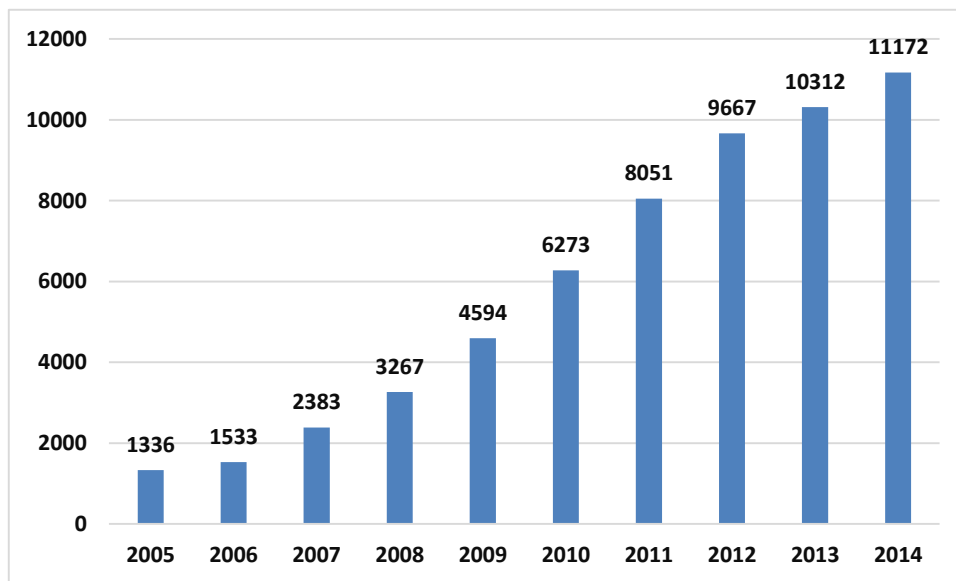
No final do ano de 2010 a universidade inaugurou o prédio da Administração Central, transferindo todas as atividades da Reitoria, seus órgãos Assessores e Pró-Reitorias, que até então eram realizadas no âmbito do Campus São Paulo.

O último campus da expansão, Osasco, foi inaugurado em 2011 com a criação dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Relações Internacionais. Nesse mesmo ano iniciaram também as atividades da Unidade de Extensão Santo Amaro, vinculado ao Campus São Paulo.

Conforme dados da Pró-Reitoria de Graduação, a universidade deu um grande salto em um período de nove anos, de 2006 a 2014, e passou dos até então 5 cursos de graduação

do Campus São Paulo (Medicina, Enfermagem, Ciências Biológicas, Fonoaudiologia e Tecnologia Oftálmica) para 79 cursos distribuídos em 6 campi e o número de alunos matriculados por ano letivo subiu de 1336 em 2005 para 11.164 em 2014. O crescimento aproximado da universidade nesse período, considerando apenas os alunos matriculados na graduação, foi de 735,62% (Gráfico 3).

**Gráfico 3 - Expansão das vagas dos cursos de graduação da UNIFESP 2005-2014**



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da PROGRAD/UNIFESP, 2014  
Acesso em: [www.unifesp.br/reitoria/prograd](http://www.unifesp.br/reitoria/prograd)

O Gráfico 3 representa a evolução do quantitativo de alunos matriculados por ano nos cursos de graduação da UNIFESP, sendo considerado o período de 2005, um ano antes expansão, até 2014.

Nesse contexto, de crescimento e diversidade, onde a universidade deixa de ser uma instituição elitizada e se expande para regiões periféricas, e a necessidade de cumprir o Programa Nacional de Assistência Estudantil, torna-se cada vez mais relevante a definição das políticas que visam a permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para que encontrem condições, não apenas, de atingir uma universidade pública de qualidade, mas, principalmente, de concluí-la satisfatoriamente.

Conseqüentemente, com uma maior oportunidade de acesso ao ensino superior, há o aumento na demanda por auxílios e subsídios que visam a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica.



Com a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), em 2010, a UNIFESP implantou o seu Programa de Auxílio Permanência (PAPE). No entanto, embora as políticas sejam estabelecidas por um órgão central, a gestão dos restaurantes universitários é descentralizada, ou seja, cada campus contrata seu serviço de alimentação separadamente, bem como acompanha e fiscaliza sua execução. Os restaurantes universitários são acompanhados por comissões paritárias (compostas por docentes, servidores e alunos) instituídas em todos os campi, conforme Resolução nº 75 do Conselho Universitário (UNIFESP, 2012).

As empresas contratadas nos seis campi da UNIFESP (São Paulo, Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Osasco) ocupam espaço da universidade para explorar o ramo da alimentação, servindo refeições aos alunos e à comunidade acadêmica: servidores, terceirizados e estagiários. Os valores das refeições são pagos diretamente às empresas responsáveis pelo serviço, cabendo à universidade complementar o valor das refeições subsidiadas para os estudantes de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*.

A universidade oferece duas modalidades de assistência alimentar: auxílio alimentação, no valor de R\$ 213,00, para alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, selecionados pelas assistentes sociais através de análise social e refeição subsidiada nos restaurantes universitários, para todos os alunos.

Atualmente são seis restaurantes universitários contratados, um em cada campus, cujos preços das refeições variaram entre R\$ 7,95 a R\$ 11,00 em 2014. No entanto, o valor da refeição de R\$ 2,50 é o mesmo para os estudantes de todos os campi, independentemente do valor contratado por refeição, da qualidade do serviço ou da condição financeira do aluno.

Os recursos recebidos pela universidade através do PNAES não têm sido suficientes para suportar todos os auxílios e subsídios ofertados em decorrência da vertiginosa expansão do número de vagas, e cada vez mais tem sido necessário complementar os recursos de assistência estudantil com verbas do Tesouro, que são destinadas para despesas de custeio (manutenção) da universidade ou verbas próprias, captadas pela instituição através de prestação de serviços, parcerias e projetos.

#### 4.1.1 Política de Permanência Estudantil

Com o aumento do número de estudantes, reflexo da expansão, e o estabelecimento em julho de 2010 do PNAES, a universidade criou o Conselho de Assuntos Estudantis (CAE) em março de 2010, e a PRAE em outubro do mesmo ano.

O CAE é o órgão deliberativo máximo vinculado à Pró-Reitoria e tem como atribuições: formular a política de apoio aos estudantes; deliberar sobre o planejamento orçamentário da PRAE; promover políticas e programas de apoio à permanência do estudante; promover políticas e programas culturais, de lazer, esportivas, sociais e de apoio pedagógico; acompanhar e propor medidas de aprimoramento para as políticas de permanência e de ações afirmativas da UNIFESP (UNIFESP, 2013). O conselho é composto por 55 membros, sendo 39 docentes, 6 técnicos-administrativos em educação, 2 residentes, 2 alunos de pós-graduação e 6 alunos de graduação.

A PRAE tem como missão “Desenvolver ações institucionais direcionadas para o acesso, para a permanência e para a conclusão de estudantes de graduação e pós-graduação da UNIFESP, visando a excelência na sua formação integral, pautada nas responsabilidades ética, social e ambiental” (UNIFESP, 2013) e foi criada com quatro coordenadorias:

1. Ações Afirmativas e Políticas de Permanência
2. Atenção Integral à Saúde do Estudante
3. Atividades Extracurriculares
4. Cultura Esporte e Lazer

Para a verificação dos dados de interesse deste trabalho, relativos ao PNAES, serão analisadas somente as ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Ações Afirmativas e Políticas de Permanência.

A Coordenadoria de Ações Afirmativas e Políticas de Permanência (CAAP) foi criada em 2010 (UNIFESP, 2013), juntamente com a PRAE, e tem como missão:

- Criar mecanismos de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes que se apresentem em condições financeiras e sociais desfavorecidas, bem como elaborar programas específicos para as demandas e os perfis socioacadêmicos existentes;

- Elaborar e promover a política de assistência estudantil que compreende, entre outras coisas, auxílios referentes à manutenção, moradia, alimentação e transporte dos alunos;
- Criar ações que busquem o acesso e o melhor aproveitamento do ambiente universitário e da formação acadêmica;
- Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e redução dos índices de evasão;
- Elaborar políticas e ações afirmativas para a consolidação de uma universidade socialmente referenciada;
- Levantar dados que componham o perfil socioeconômico e cultural da comunidade discente e dos estudantes da UNIFESP;
- Elaborar programas voltados primordialmente aos alunos em condições socioeconômicas pouco favorecidas;
- Promover fóruns, ventos e debates na comunidade acadêmica sobre o tema permanência e universidade pública;
- Captar recursos por meio de parcerias e projetos.

Para cumprir a missão proposta, a coordenadoria estruturou a Política de Assistência Estudantil da UNIFESP e, entre as ações, criou o Programa Auxílio Permanência que posteriormente teve seu nome alterado para Programa Auxílio para Estudantes (PAPE), desenvolvido pela equipe da coordenadoria e assistentes sociais e que oferece um conjunto de auxílios aos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica (UNIFESP, 2013).

O PAPE é destinado aos alunos matriculados nos cursos de graduação, oriundos de escola pública e com renda per capita de até um salário mínimo e meio, prioritariamente. Obedecendo às diretrizes traçadas pela Política de Assistência Estudantil da UNIFESP, o programa elege como prioridade as necessidades consideradas básicas previstas pelo PNAES: alimentação, transporte, moradia e creche.

O Programa foi instituído em 2010 contemplando três tipos de auxílios (alimentação, moradia e transporte) e cinco graus de perfis socioeconômicos. A partir de 2012, foi incorporado o auxílio creche, conforme Quadro 2:

**Quadro 2 - Auxílios do PAPE 2011-2014**

AUXÍLIO	2011	2012	2013	2014
Alimentação	R\$ 200,00	R\$ 213,00	R\$ 213,00	R\$ 213,00
Moradia	R\$ 350,00	R\$ 373,00	R\$ 373,00	R\$ 373,00
Transporte	R\$ 150,00	R\$ 160,00	R\$ 160,00	R\$ 160,00
Creche		R\$ 95,00	R\$ 120,00	R\$ 120,00

Fonte: Elaborado pela autora, com informações dos relatórios de gestão 2010-2012 e 2013

O aluno em situação de vulnerabilidade socioeconômica é avaliado pela Comissão de Avaliação e Estudo do PAPE, formada pelas Assistentes Sociais dos Núcleos de Apoio ao Estudante, pelas Assistentes Sociais da PRAE e pela Coordenadora da CAAP que, mediante análise socioeconômica, o classifica em um dos cinco graus de vulnerabilidade.

Os alunos enquadrados nos graus de vulnerabilidade média, alta e extrema recebem uma combinação de auxílios que aumenta o valor a ser recebido pelo estudante, a fim de provê-los de maiores condições de permanência na universidade, conforme Quadro 3:

**Quadro 3 - Perfis de Vulnerabilidade Socioeconômica do Programa PAPE da UNIFESP**

Perfil	Vulnerabilidade Socioeconômica	Valor	Tipo de auxílio concedido
Perfil I	Extrema	746,00	Moradia, Transporte e Alimentação
Perfil II	Alta	586,00	Moradia e Alimentação
Perfil III	Média	373,00	Moradia ou Alimentação e Transporte
Perfil IV	Baixa	213,00	Alimentação
Perfil V	Vulnerável	160,00	Transporte

Fonte: [www.unifesp.br/reitoria/prae/programas/pape](http://www.unifesp.br/reitoria/prae/programas/pape), 2015

Na próxima seção será abordada a participação desses auxílios dentro dos recursos recebidos pelo PNAES.

#### 4.1.1.1 Participação dos auxílios no orçamento do PNAES

Conforme visto, o programa de permanência instituído na universidade concede auxílios aos alunos de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica para favorecer a permanência do estudante e a conclusão do curso, dentro de condições satisfatórias e do tempo regular.

Integrando a política de permanência, além dos auxílios, a universidade subsidia a refeição dos estudantes nos restaurantes universitários, alocados nos campi, onde todos os alunos de graduação, independentemente de sua situação socioeconômica, podem fazer suas refeições ao preço fixo de R\$ 2,50.

A gestão dos restaurantes universitários é descentralizada, ou seja, cada campus realiza o procedimento licitatório, contrata, gere e fiscaliza seu RU. Dessa forma, as refeições são contratadas por diferentes valores, dependendo de cada contrato, no entanto, todos os alunos pagam o mesmo valor, independentemente do valor de refeição contratada no seu campus e da qualidade do serviço e variedade do cardápio.

Com a expansão das vagas do ensino superior, a demanda por auxílios e subsídios tem aumentado significativamente e os recursos do PNAES não têm sido suficiente para cobrir esses gastos. A universidade tem complementado esses valores com os recursos que recebe do Ministério da Educação para despesas com o custeio da universidade.

A análise dos Relatórios de Gestão 2010-2014, permite verificar o total de gastos com cada tipo de auxílio no âmbito do PAPE, bem como os valores que foram complementados com recursos da universidade.

Os Relatórios de Gestão do período 2010-2012 apresentam somente o orçamento aprovado (previsto) da PRAE para os períodos 2010-2011 e 2012, e não apresentam os valores finais, ou seja, que foram realmente realizados.

Nos relatórios de gestão 2013 e 2014 (UNIFESP, 2014,2015) são apresentados os dois orçamentos, o aprovado e o realizado, o que possibilita um resultado mais confiável em relação à participação dos auxílios no âmbito do PAPE.

O Quadro 4 apresenta a participação dos auxílios no orçamento do PNAES da UNIFESP no período de 2010 a 2014:

**Quadro 4 - Participação dos Auxílios no orçamento do PNAES - 2010 a 2014**

Auxílio	ANO			
	2010-2011*	2012*	2013	2014
Moradia	1.023.400,00	1.473.350,00	2.708.408,00	2.327.893,00
Transporte	519.750,00	830.400,00	867.625,00	798.400,00
Creche	16.200,00	22.800,00	68.920,00	72.840,00
Alimentação	1.236.400,00	1.929.780,00	2.556.459,00	2.414.355,00
Subsídio	1.883.200,00	1.850.000,00	1.574.737,13	2.189.590,82
<b>TOTAL</b>	<b>4.678.950,00</b>	<b>6.106.330,00</b>	<b>7.776.149,13</b>	<b>7.803.078,82</b>
Recursos PNAES	2.389.215,00	3.200.000,00	5.795.504,00	7.300.096,00
<b>Valor a complementar pela universidade</b>	<b>2.289.735,00</b>	<b>2.906.330,00</b>	<b>1.980.645,13</b>	<b>502.982,82</b>

Fonte: Elaborado pela autora conforme dados extraídos dos relatórios de gestão 2010-2013 e 2014

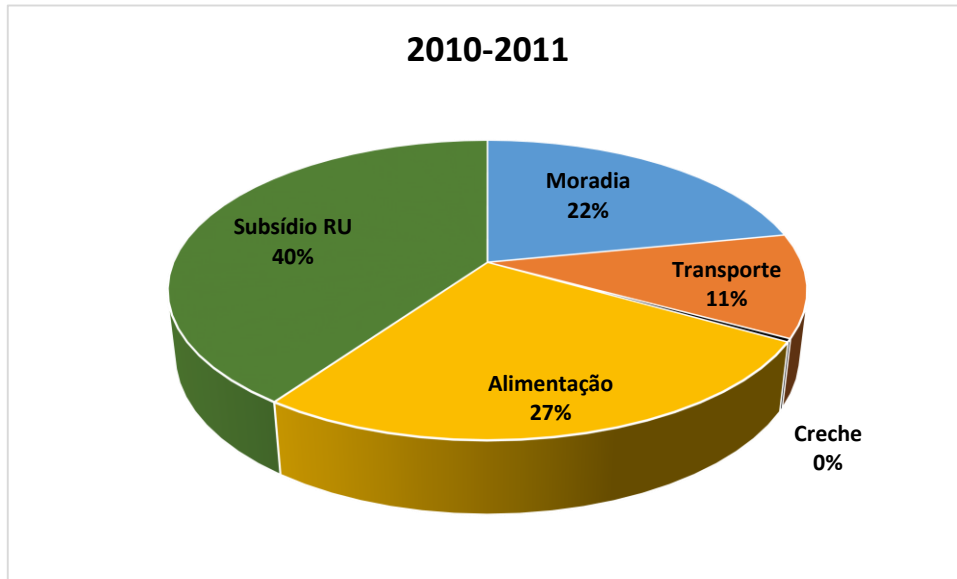
\*Valores aprovados no orçamento. Não consta no relatório de gestão o valor realizado

Verifica-se que a partir de 2013 houve uma redução no valor a complementar pela universidade, reflexo da implantação do Programa Bolsa Permanência (PBP) que concede bolsa de R\$ 400,00 a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que estão matriculados em cursos com carga horária diária de, no mínimo, cinco horas, conforme visto no capítulo 1. Os recursos do PBP são repassados pelo Governo Federal diretamente aos alunos e a universidade é responsável apenas pela seleção dos beneficiários.

Com a implantação do novo PBP, muitos estudantes migraram para o novo programa, desonerando os recursos recebidos pelo PNAES. Ainda assim, verifica-se que a universidade tem complementado, com recursos de custeio, os gastos com a assistência estudantil.

Fazendo um recorte com os recursos direcionados apenas para a temática ‘alimentação’, somando o subsídio RU e o auxílio alimentação, verifica-se que esta absorve significativa porcentagem do PNAES, conforme gráficos 4,5,6 e 7:

**Gráfico 4 - Porcentagem dos auxílios nos recursos PNAES da UNIFESP 2010-2011**

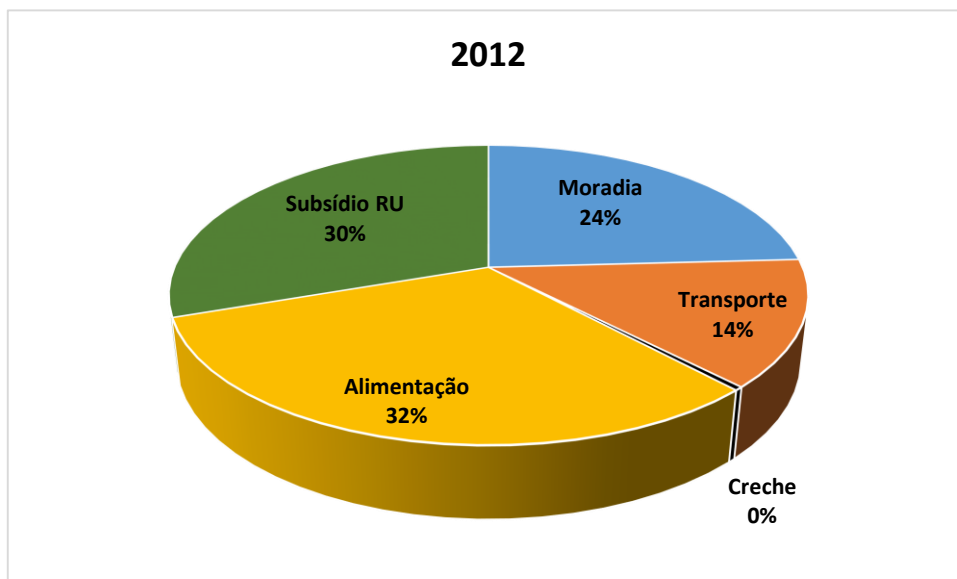


Fonte: elaborado pela autora, 2015

O relatório de gestão da UNIFESP apresenta os gastos conjuntos de 2010 e 2011, quando o programa de assistência estudantil foi implantado.

Verifica-se que do total de recursos gastos com a permanência, 67% referem-se às ações da linha 'alimentação', sendo 27% gasto com pagamento de auxílios e 40% com subsídio nos restaurantes universitários.

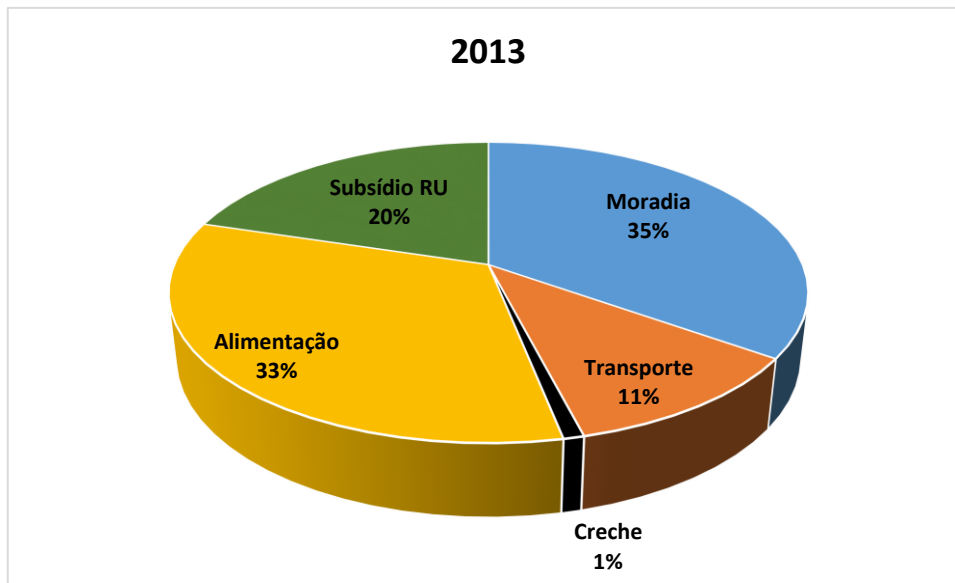
**Gráfico 5 - Porcentagem dos auxílios nos recursos PNAES da UNIFESP 2012**



Fonte: elaborado pela autora, 2015

Em 2012 houve um aumento do gasto com o auxílio alimentação, que passou de 27% do ano anterior, para 32%, e redução do subsídio RU que passou de 40% para 30%. Ainda assim, a alimentação foi o item de maior participação nas ações de permanência, responsável por 62% do gasto.

**Gráfico 6 - Porcentagem dos auxílios nos recursos PNAES da UNIFESP 2013**

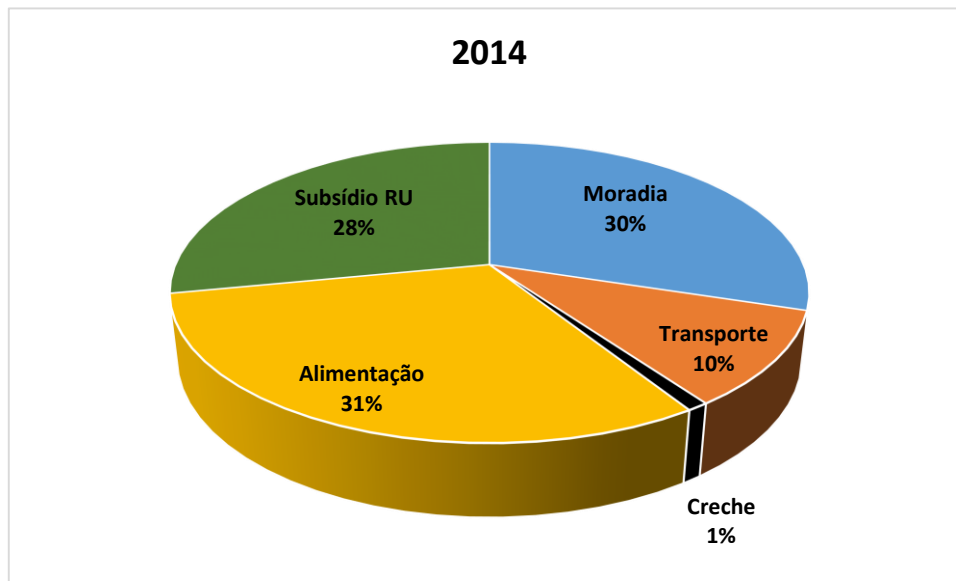


Fonte: elaborado pela autora, 2015

Em 2013 houve uma redução significativa do subsídio do RU que passou de 30% para 20%. O auxílio alimentação manteve-se praticamente estável em relação ao ano anterior com 33%. O gasto com alimentação correspondeu à praticamente metade dos recursos da permanência estudantil com 53% dos gastos.



Gráfico 7 - Porcentagem dos auxílios nos recursos PNAES da UNIFESP 2014



Fonte: elaborado pela autora, 2015

Após a diminuição em 2013, o gasto com os restaurantes voltou a crescer em 2014, atingindo 28%. Somado ao auxílio alimentação (31%), o total de gastos com alimentação consumiu 59% dos recursos da política de permanência.

Os valores pagos para cobrir as despesas oriundas da alimentação comprometeram 67% do orçamento total com a permanência estudantil no período de 2010-2011, 62% em 2012, 53% em 2013 e 59% em 2014, quando verifica-se novamente uma tendência de crescimento.

#### 4.2 Universidade Federal de São Carlos

O início da criação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), se deu sob a forma de fundação, através do Decreto 62.758 (BRASIL, 1968) e com a denominação de Fundação Universidade Federal de São Paulo. Posteriormente foi alterada pelo Decreto 99.740 (BRASIL, 1990), onde é citada como Universidade Federal de São Carlos. Seu primeiro e principal campus, São Carlos, oferece anualmente 1797 novas vagas na graduação, distribuídas em 39 cursos que abrangem as áreas das Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas e Ciências Humanas e Educação.

Em 1993 o Campus Araras iniciou suas atividades com o curso de Engenharia Agrônômica e em 2006 criou-se o curso de Biotecnologia. Com o programa de expansão do Governo Federal, em 2010 foram criados os cursos de Agroecologia, Química, Física e

Biologia. Oferece 240 novas vagas por ano distribuídas nos seis cursos de graduação e 33 vagas externas na moradia estudantil.

Em 2005 o Conselho Universitário da UFSCAR aprovou a criação do Campus Sorocaba, fruto da expansão e da demanda da população da região. Atualmente o campus oferece 620 novas vagas na graduação distribuídas em 14 cursos: Administração, Ciência da Computação, Ciências Biológicas (3 modalidades), Ciências Econômicas, Engenharia de Produção, Engenharia Florestal, Física, Geografia, Matemática, Pedagogia, Química e Turismo. Em relação à política de permanência o campus possui restaurante universitário e oferece 80 vagas em moradia estudantil.

O último campus da universidade, Lagoa do Sino, recebeu seus 150 primeiros alunos em 2014, para os cursos de Engenharia Agrônômica, Engenharia de Alimentos e Engenharia Ambiental.

Em relação à política de permanência, todos os campi dispõem de restaurante universitário e o Campus Lagoa do Sino não dispõe de vagas em moradia estudantil.

#### 4.2.1 Política de Permanência Estudantil

Na UFSCAR o Programa de Assistência Estudantil está vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), instituída pela Portaria GR nº 203 (UFSCAR, 2009) em substituição à Secretaria de Assuntos Comunitários.

O Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis (COACE), órgão superior deliberativo dos processos relacionados às atividades e ações de assistência comunitária e estudantil, foi criado em 2011.

Além da estrutura administrativa, composta pelo Gabinete do Pró-Reitor e Departamento de Administração, Finanças e Contratos a PROACE é formada pela Divisão de Assistência Social, Divisão de Saúde e Esportes, Divisão de Nutrição e Alimentação.

A PROACE tem como finalidade planejar, coordenar, promover e avaliar, juntamente, com suas divisões, departamentos e seções, ações de atendimento e assistência à comunidade universitária (estudantes e servidores), especialmente, a permanência e conclusão do curso de graduação de estudantes em vulnerabilidade social, dos campi de São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino (UFSCAR, 2014).

Para atender as demandas da comunidade estudantil da UFSCAR e os objetivos do PNAES, a PROACE busca:

- Elaborar e implementar políticas de Assistência Estudantil na UFSCAR que possibilitem a igualdade de oportunidades em relação ao exercício das atividades: acadêmica, política e cultural;
- Institucionalizar e implementar ações que promovam a permanência dos estudantes, prioritariamente, os de baixa renda familiar, contribuindo para a redução dos índices de retenção e evasão;
- Avaliar periodicamente as ações implementadas para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade, para redirecionamento, se necessário, dos investimentos realizados;
- Estudar o impacto dos investimentos governamentais na permanência e conclusão dos cursos de graduação de estudantes em situação de vulnerabilidade social na UFSCAR.

Antes da implantação do PNAES, em 2007, todo investimento na área de assuntos comunitários e estudantis era proveniente de recursos da própria UFSCAR.

O Programa de Assistência Estudantil da UFSCAR foi criado pela Resolução COACE nº 03 (UFSCAR, 2012) com a finalidade de apoiar a permanência e a diplomação de alunos matriculados em cursos presenciais, para obtenção do primeiro diploma de graduação, que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica devidamente comprovada e contempla os seguintes apoios aos estudantes: bolsa-atividade; bolsa-moradia; bolsa-alimentação; auxílio transporte e apoio emergencial.

O Quadro 5 representa a sinteticamente as modalidades de auxílios ofertadas pela PROACE da UFSCAR.

**Quadro 5 - Auxílios concedidos pelo Programa de Assistência Estudantil da UFSCAR**

<b>AUXÍLIO</b>	<b>MODALIDADE DE OFERTA/VALOR</b>
Alimentação	Isenção no RU de duas refeições diárias (almoço e jantar)
Bolsa-moradia vaga	Vaga em moradia estudantil interna ou externa (casas alugadas)
Bolsa-moradia	R\$ 300,00. Concedida aos veteranos que já foram beneficiários das vagas em moradias estudantis ou calouros na ocasião de lotação dessas vagas
Bolsa-moradia pai/mãe	R\$ 400,00. Concedida às alunas gestantes a partir do 7º mês de gestação ou com filhos de até 5 anos
Transporte	Alunos contemplados em vagas em moradias estudantis externas
Apoio Emergencial	Bolsa-moradia + Bolsa-alimentação concedidas ao aluno ingressante em situação de vulnerabilidade socioeconômica nível I e morador de outro Estado Apoio concedido até o resultado do processo seletivo das bolsas assistenciais

Fonte: Elaborado pela autora com base na RESOLUÇÃO COACE/UFSCAR nº 03 de 2012, 2014.

De acordo com os números apresentados no Relatório de Atividades da PROACE 2014, pode-se auferir que, de um montante de 1155 solicitações de bolsas do Programa de Assistência Estudantil da UFSCAR em 2014, foram deferidos 736 pedidos, o que corresponde ao atendimento de 63,72% da demanda (UFSCAR, 2014).

Importante destacar que a UFSCAR adota o valor de R\$ 600,00 como renda per capita máxima para ingresso no programa de Assistência Estudantil enquanto que a legislação do PNAES considera o valor máximo de 1,5 salário mínimo, o que para o ano de 2014 correspondia a R\$ 1.086,00.

#### 4.3 Universidade Federal do ABC

A Universidade Federal do ABC (UFABC), instituída pela Lei nº 11.145 (BRASIL, 2005), foi uma das 14 universidades criadas no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, quando se iniciou o processo de expansão do ensino superior público.

Em 2014 matriculou 10.395 alunos em seus 8 cursos de graduação, sendo: Bacharelados e Licenciaturas nos cursos de Ciências Biológicas, Filosofia, Química e Física. Oferece anualmente 1960 vagas novas e desenvolve suas atividades em dois campi, Santo André e São Bernardo do Campo.

O órgão responsável pelas políticas de assistência estudantil é a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP), criada pelo Conselho Universitário (CONSUNI), conforme Resolução nº 50 (UFABC, 2010).

De acordo com a Resolução, compete à Pró-Reitoria:

- I- desenvolver ações que visem mitigar os efeitos das desigualdades socioeconômicas e da discriminação étnico-racial sobre as condições de acesso e permanência dos alunos da UFABC;
- II- promover a diversidade étnica e cultural na comunidade universitária, refletindo nesta a heterogeneidade da própria sociedade brasileira;
- III- promover a melhoria das condições de permanência nos campi, buscando favorecer o rendimento escolar do corpo discente e a produtividade e o bem-estar dos servidores docentes e técnico-administrativos;
- IV- propor e desenvolver ações que visem prevenir a jubilação e evitar a evasão dos estudantes;
- V- apoiar o intercâmbio e a mobilidade estudantil, por meio da formação complementar no ensino de línguas e das ações de integração social e cultural;
- VI- apoiar a comunidade universitária nas suas manifestações culturais e esportivas e desenvolver programas socioeducacionais e de saúde destinados aos estudantes e aos servidores docentes e técnico-administrativos;
- VII- planejar e aplicar, com a participação da comunidade universitária, os recursos provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que prevê a assistência estudantil nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transportes, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e

aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação;

VIII- avaliar a eficácia dos programas de assistência estudantil em relação aos seus objetivos e metas e propor adequações quando necessárias;

IX- fomentar canais de interlocução entre a Reitoria e as entidades representativas dos estudantes e servidores docentes e técnico-administrativos;

#### 4.3.1 Política de Permanência Estudantil

A Assistência Estudantil está vinculada à Divisão de Apoio ao Estudante de Graduação da PROAP.

A Resolução CONSUNI nº 88 (UFABC, 2012) normatiza os Programas de Apoio ao Estudante de Graduação da UFABC e de acordo com o artigo 4º poderão ser concedidos auxílios nas seguintes modalidades: Moradia, Alimentação, Transporte, Idiomas, Inclusão Digital, Intercâmbio, Saúde, Creche, Material Didático, Mobilidade e Acessibilidade, Evento Cultural, Político ou Esportivo; Emergencial e Instalação.

O Quadro 6 representa sinteticamente as modalidades de auxílios ofertadas pela PROAP da UFABC que estão diretamente relacionados aos recursos do PNAES:

**Quadro 6 - Auxílios concedidos pelo Programa de Assistência Estudantil da UFABC**

<b>APOIO</b>	<b>MODALIDADE DE OFERTA/VALOR</b>
Bolsa-Permanência	R\$ 400,00
Alimentação I	Auxílio integral no valor de 20 refeições mensais
Auxílio-moradia	R\$ 300,00. Concedida aos alunos cuja distância entre o local de moradia e o campus seja superior a 30 km
Transporte I	R\$ 60,00. Correspondente a 40 meias passagens
Transporte II	R\$ 120,00. Correspondente a 80 meias passagens
Auxílio-creche	R\$ 150,00. Para estudante com filhos até 5 anos completos

Fonte: elaborado pela autora com base no Edital PROAP nº 002/2015. Acesso em junho, 2015

## 5 RESULTADOS

Após a coleta de dados das três universidades pela análise documental, foram realizadas entrevistas com gestores das universidades, para coletar dados indisponíveis nos documentos, e informações complementares que pudessem responder às proposições deste estudo. A seguir serão apresentadas as quatro proposições e as evidências que buscam confirmá-las ou negá-las.

1ª Proposição: “O número de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica vem aumentando ao longo do tempo”

Para testar a veracidade desta proposição, verificou-se o quantitativo de estudantes matriculados nos cursos de graduação e de beneficiados pelas políticas de permanência, nas três universidades, no período de 2011 a 2014.

Os dados dos alunos matriculados foram coletados nos *sites* das três universidades sendo que, na UNIFESP, a informação está disponível na página da Pró-Reitoria de Graduação, *link* “graduação em números”, que fornece o quantitativo de alunos matriculados por ano, no período de 2005 a 2015. No *site* da UFABC essa informação é encontrada na página principal, *link* “números” que apresenta diversos dados numéricos da universidade no período de 2007 a 2015, em documentos separados. Na UFSCAR os dados foram coletados através dos Relatórios Anuais de Atividades, pesquisados no item “busca”, sendo que os dados de 2014 foram coletados durante a entrevista, pois o relatório desse ano não estava disponível durante a realização da pesquisa.

Os números coletados geraram o Quadro 7:

**Quadro 7 - Estudantes matriculados nos cursos de graduação 2011-2014**

Universidade	2011	2012	2013	2014
UNIFESP	8051	9667	10.312	11.172
UFSCAR	10.893	11.145	12.118	12.338
UFABC	5513	7277	8612	10.395

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

A informação do quantitativo de estudantes, que foram contemplados com alguma modalidade de auxílio, foi solicitada aos respondentes da pesquisa, uma vez que, em geral, os relatórios de atividades, ou de gestão, apresentam o quantitativo de auxílios concedidos e,

considerando que um mesmo estudante pode ser contemplado em mais de uma modalidade, através dos relatórios não seria possível auferir o número de alunos atendidos.

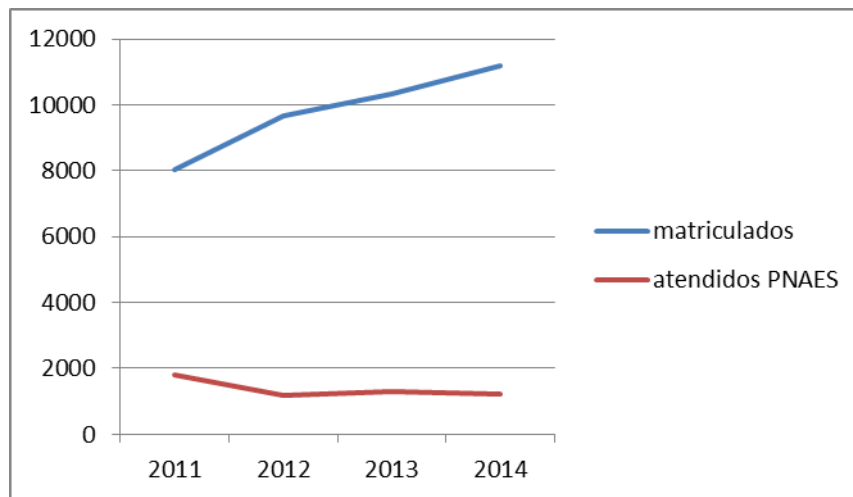
**Quadro 8 - Estudantes beneficiados pela política de permanência 2011-2014**

Universidade	2011	2012	2013	2014
UNIFESP	1804	1186	1306	1204
UFSCAR	1198	1188	1548	1715
UFABC	914	865	950	906

Fonte: dados da pesquisa, 2015

A seguir serão apresentados os gráficos dos alunos matriculados *versus* alunos atendidos nas três universidades:

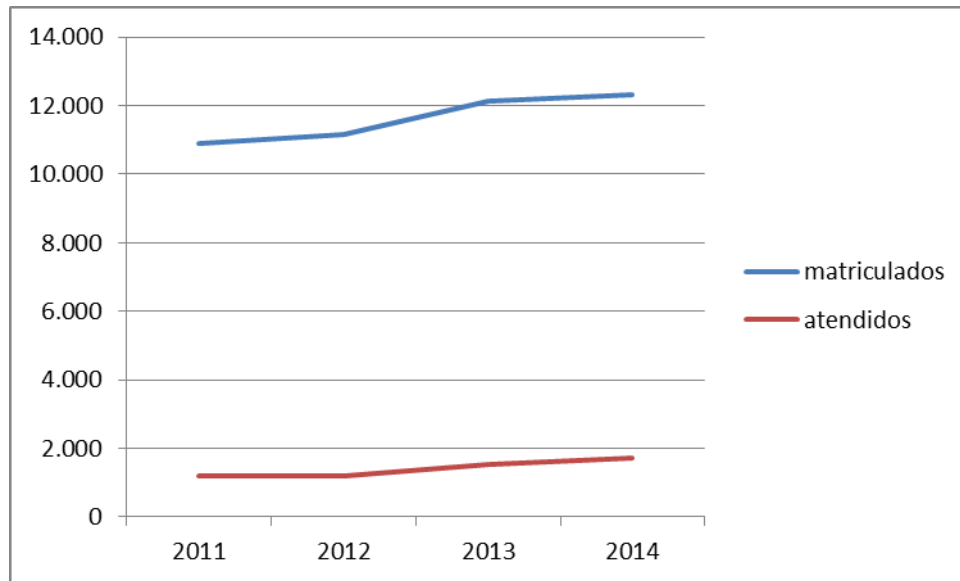
**Gráfico 8 - Alunos matriculados x alunos atendidos UNIFESP 2011-2014**



Fonte: elaborado pela autora com base nos relatórios de gestão (UNIFESP, 2010-2014)

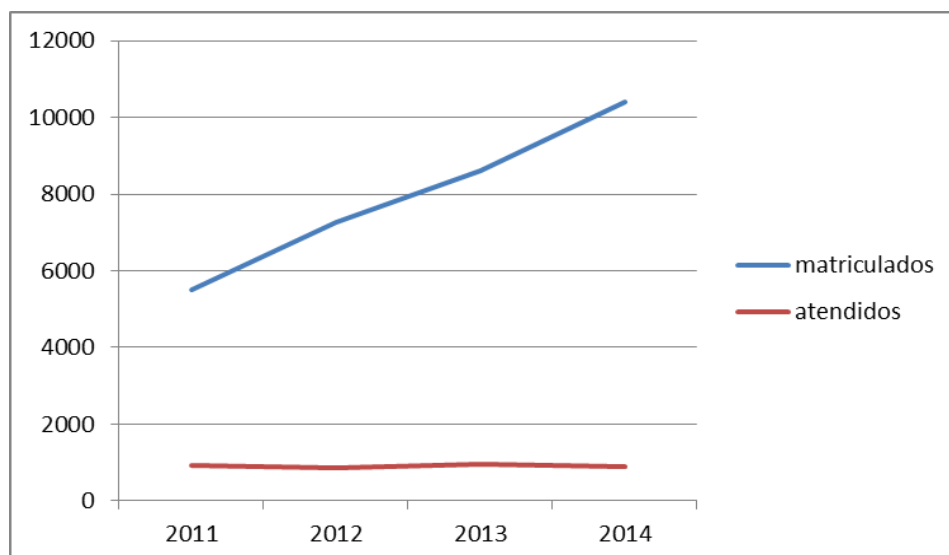
Na UNIFESP, o número de atendidos em relação ao número de matriculados na graduação foi de 22,40% em 2011, 12,26% em 2012, 12,66% em 2013 e 10,77% em 2014. Verifica-se uma queda em relação ao número de estudantes atendidos a partir de 2012 que pode ser explicada pela implantação do PBP, quando alguns estudantes migraram para esse outro programa federal. Nos anos de 2012, 2013 e 2014 o número de atendidos manteve-se praticamente estável, com a média de 11,89%.



**Gráfico 9 - Alunos matriculados x alunos atendidos UFSCAR 2011-2014**

Fonte: elaborado pela autora com base nos relatórios de atividades (UFSCAR, 2011-2013)

Na UFSCAR, verifica-se um sutil incremento do número de alunos beneficiados em relação aos alunos atendidos nos anos de 2013 e 2014. A evolução ao longo do tempo foi: 10,99% em 2011, 10,65% em 2012, 12,77% em 2013 e 13,90% em 2014. A média nesse período foi de 12,07%

**Gráfico 10 - Alunos matriculados x alunos atendidos UFABC 2011-2014**

Fonte: elaborado pela autora com base nas informações (UFABC, 2011-2014)

Na UFABC, houve uma redução de estudantes beneficiados no período, embora, no gráfico, essa diminuição seja bastante discreta. Verifica-se que houve uma redução de

atendidos ao longo do tempo, sendo que o percentual foi de 16,57% em 2011, 11,88% em 2012, 11,03% em 2013 e 8,71% em 2014. O número de beneficiados em 2014 (906) foi inferior ao número de 2011 (914), sendo que o número de estudantes de graduação praticamente dobrou, passando de 5.513 em 2011 para 10.395 em 2014.

Somente com a análise dos dados numéricos poderia-se avaliar que a proposição não pode ser confirmada e que o número de alunos em situação de vulnerabilidade não vem aumentando. No entanto, com uma análise das evidências coletadas nas entrevistas, é possível verificar que, em virtude do crescimento de estudantes em situação de vulnerabilidade social, as três universidades adotam estratégias diversificadas que explicam os gráficos acima e compõem um rico cenário de estudo.

As universidades foram questionadas sobre o impacto da Lei de Cotas, sancionada em 2012, no crescimento da demanda da permanência estudantil, e o resultado foi diverso nos três casos estudados.

Em entrevista, a gestora da UNIFESP, relatou que existe uma Comissão de Estudos de Perfil Discente que reúne membros da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e que acompanha todas as estatísticas referentes aos estudantes. Em relação aos alunos cotistas, os resultados ainda não são conclusivos, mas segundo ela: “o aumento do número de cotistas não é proporcional ao aumento da demanda por auxílios” e ainda, “de fato a projeção teria sido muito maior do que os pedidos deles, isso nos surpreendeu”.

Em 2015 a UNIFESP reservou 37,5% das vagas para estudantes ingressantes pelo sistema de cotas e, de acordo com a entrevistada, a implantação ainda não foi total pela preocupação em acolher todos os estudantes: “a gente tá trabalhando com o cronograma passo a passo, sempre aumentando aquém do que a gente gostaria, exatamente pela responsabilidade que nós temos de acolher esses estudantes”.

Ao contrário da UNIFESP, a UFSCAR sentiu o impacto dessa política afirmativa. A mais antiga das universidades do Estado de São Paulo, que iniciou suas atividades em 1968, já trabalhava com 35% de vagas reservadas para cotistas e, com o advento da lei, aumentou a porcentagem para 50%.

De acordo com o entrevistado da UFSCAR, os dados sobre os cotistas não estão finalizados, mas segundo ele:

“a gente tem claro e é evidente que a demanda por recursos e por bolsas cresceu... e essa demanda vem diretamente à PROACE... então a gente tem um quadro que está cada vez mais crescente dessas demandas por questões que a universidade ainda não está preparada para atender e que a gente vai ter que atender daqui pra frente”.

Para a UFABC, última universidade criada entre as unidades analisadas, a Lei de Cotas não trouxe impactos, pois a instituição iniciou suas atividades em 2006 com o sistema de cotas já estabelecido em 50%: “antes da Lei de Cotas, a gente já entrou com esse sistema de 50%, então pra nós não houve impacto, porque isso já era a nossa prática [...] não houve mudança no perfil”.

A UFABC ainda não tem resultados quantitativos desses alunos, mas estima que “são 1960 vagas, 50% é escola pública, 50% é ampla concorrência, desses 50% de escola pública, tem 50% que são cotistas de renda, a gente tem cerca de quase 500 alunos que entram por questões de renda, cota e renda, desses, um número baixo, cento e poucos são bolsistas”.

Importante destacar na questão de alunos atendidos que a UNIFESP e a UFABC consideram o valor estabelecido pelo PNAES, até um salário mínimo e meio de renda per capita, para seleção dos estudantes. A UFSCAR determina um valor inferior ao estipulado pela lei em virtude da limitação orçamentária.

O valor inicialmente determinado pela universidade era de R\$ 500,00. Em 2014 o valor estipulado foi de R\$ 600,00, sendo que, nesse ano, o valor de um salário mínimo e meio correspondia a R\$ 1.086,00. O edital de 2015 conseguiu elevar o valor de corte da renda per capita para R\$ 724,00.

O entrevistado aborda a dificuldade de trabalhar com essa limitação “a nossa maior dor no coração e dificuldade é que a gente corta um aluno com renda per capita de 730, 750, 760, que não é menos ou mais vulnerável do que tem 724, é muito duro, é muito difícil lidar com essa questão”.

Essa prática de estabelecer um valor máximo de renda per capita, inferior ao valor estabelecido pelo PNAES, é verificada em outras universidades da rede federal, conforme mencionou da gestora da UNIFESP:

“estamos respeitando a legislação com a renda per capita de um e meio salário mínimo, a maior parte das universidades, absoluta parte das universidades, não estão cumprindo esta regra [...] não porque queiram, obviamente, mas por insuficiência de recursos.”

A UFABC até 2013 conseguia atender todos os estudantes que se enquadravam nos critérios de vulnerabilidade socioeconômica e que solicitavam bolsas e auxílios mas, em 2014, em virtude da insuficiência de recursos, limitou o quantitativo de benefícios:

“a gente assumiu a gestão no ano passado [...] eu fiquei já muito preocupada porque eu percebi que o dinheiro, segundo as minhas projeções, não daria, não chegaria até o final do ano se a gente continuasse naquela política [...] tomamos algumas decisões...uma delas foi o congelamento do número de bolsas”.

Através da análise das informações acima é possível verificar que o quantitativo de alunos assistidos vem se mantendo estável, sem significativos aumentos de demanda nos três casos, sendo que cada universidade tem adotado estratégias diversas para manter o número de estudantes assistidos dentro do orçamento do PNAES. A UNIFESP ainda não implantou o quantitativo total de vagas previstas na Lei de Cotas, que deverá ser totalmente atendida até 2016; a UFSCAR vem aumentando o valor máximo estipulado de renda per capita para seleção do estudante, mas ainda não atende o valor previsto no programa federal e a UFABC, que até 2013 conseguia atender todas as solicitações de auxílio, a partir de 2014, precisou determinar um quantitativo limite de auxílios.

2ª Proposição: “Os recursos repassados do PNAES para as universidades têm aumentado ao longo do tempo, no entanto, não acompanham a demanda de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica”

Para testar esta proposição foram verificados os valores que as universidades receberam através do PNAES e os valores do auxílios concedidos.

Na UNIFESP, as informações dos recursos recebidos no período de 2011 a 2014 foram coletadas no *site* da instituição, página da PRAE, *links* “institucional” e “relatórios de gestão”. Nas outras universidades os dados foram coletados nas entrevistas. Os dados coletados geraram o Quadro 9:

**Quadro 9 - Recursos recebidos do PNAES - 2011-2014**

Universidade	2011	2012	2013	2014	Crescimento no período (%)
UFSCAR	6.024.193,00	7.849.814,00	7.936.977,00	7.742.282,00	28,51%
UFABC	1.262.149,00	2.080.379,00	4.023.800,00	5.068.434,00	301,57%
UNIFESP	2.389.215,00	3.200.000,00	5.795.504,00	7.300.096,00	205,54%

Fonte: dados da pesquisa, 2015

Verifica-se no Quadro 9 que a UFSCAR teve um crescimento em 2012 em relação ao ano anterior e manteve-se estável nos dois anos seguintes. Os recursos do PNAES em 2014 cresceram 28,51% em relação a 2011.

Observa-se que no período de 2011 a 2014 a UNIFESP teve um crescimento de 205,54% e a UFABC teve um crescimento de 301,57%, o maior dos três casos pesquisados.

Apesar dos recursos recebidos nas três universidades terem aumentado no período de 2011 a 2014, para os entrevistados, o acréscimo de recursos não foi suficiente para atender todas as áreas temáticas previstas no PNAES e tiveram que ser adotadas estratégias que pudessem amenizar a insuficiência de recursos.

As universidades foram questionadas se os recursos do PNAES têm sido suficientes para atender todos que se enquadram nos critérios de vulnerabilidade. As respostas foram:

Para a entrevistada da UNIFESP:

“Não, não tem sido e nem, muito menos, pra aumentar [...] o que falta é coberto por recursos provenientes de planos de trabalho que nós encaminhamos pro MEC [...] geralmente nossos planos de trabalho são atendidos [...] 2014 já não foram, a própria Reitoria complementou e pela primeira vez desde que a PRAE existe, agora recente, nós trouxemos um déficit orçamentário de 2014 para 2015. Então o PNAES de 2015 começa deficitário”.

Para o entrevistado da UFSCAR: “se nós tratássemos os recursos que vem do PNAES apenas para a questão de bolsas e auxílios, talvez fosse suficiente, mas ele é utilizado numa demanda muito maior de amplitude que são as dez áreas do PNAES”.

Para a entrevistada da UFABC: “Não. A complementação tem vindo com recursos próprios da universidade”. E complementa:

“a gente tomou uma decisão o ano passado de não cortar bolsas mas a gente não tinha como aumentar, então o corte foi o número de bolsas que a gente oferecia no ano anterior, pra não cortar, como a verba não foi suficiente ainda a universidade complementou com verba própria pra poder não cair esse número”.

A UFABC, além de limitar o quantitativo de bolsas, conforme visto na 1ª proposição, adotou outras estratégias, como a classificação dos alunos em lista única, por edital, e a exclusão da modalidade Auxílio-Alimentação II. Até 2013 a universidade ofertava duas modalidades de Auxílio Alimentação: I, que oferta uma refeição diária e II – que concedia duas refeições diárias. Em 2014 a segunda modalidade foi excluída:

“nós classificamos os alunos baseados em indicadores socioeconômicos [...] ele tem uma pontuação, todos os alunos são classificados, seja ele veterano, seja ele ingressante, numa lista única, e aí nós oferecemos o quantitativo de bolsas para os ‘melhores ranqueados’, os mais vulneráveis [...] ela foi criada o ano passado em função de nós não termos verba suficiente para atender toda a demanda”.

“fizemos outras manobras, por exemplo, a gente tinha dois tipos de auxílio alimentação, I e II, mesmo não tendo curso integral, pros alunos mais vulneráveis a gente fornecia subsídio para duas refeições [...] pra manter o número de bolsas e até aumentar um pouquinho no quantitativo nós excluímos o alimentação II”.

Verificou-se o valor máximo a ser recebido pelos estudantes em situação de vulnerabilidade econômica nas três universidades para verificar se há discrepâncias em relação aos benefícios. Nos três casos, os auxílios podem ser cumulativos dependendo da vulnerabilidade socioeconômica do estudante. Diferente das demais, a UNIFESP já adota no PAPE uma divisão dos estudantes por níveis de vulnerabilidade, conforme visto no capítulo anterior. Assim, na UNIFESP já tem fixado o valor que o estudante receberá de acordo com seu enquadramento nos níveis de vulnerabilidade. As informações foram coletadas nos relatórios de gestão e nos editais dos programas de permanência. Os dados coletados geraram o Quadro 10:

**Quadro 10 - Comparação dos auxílios das políticas de permanência**

AUXÍLIO	UNIFESP	UFSCAR	UFSCAR pai/mãe	UFABC
Permanência	0	0	0	400,00
Moradia	373,00	300,00	400,00	300,00
Alimentação	213,00	86,40*	86,40*	78,20*
Transporte	160,00	75,90	75,90	120,00
Creche	120,00	vaga UAC	vaga UAC	150,00
TOTAL	866,00	462,30	562,30	1.048,20

Fonte: dados da pesquisa, 2015

\*Valores estimados calculados com base no valor da refeição do Restaurante Universitário

Na elaboração do Quadro 10 foram relacionadas apenas as áreas que impactam diretamente na permanência. Não foram considerados auxílios que selecionam os estudantes por porte de necessidades especiais ou que solicitem qualquer atividade como contrapartida. Buscou-se homogenizar os itens em virtude da implantação de políticas diferenciadas nas três universidades, o que dificulta a comparação entre os casos. Além disso, esses são os itens onde estão focalizadas as ações de permanência e que desembolsam a maior parte dos recursos do PNAES.

Sobre a participação dos auxílios no orçamento do PNAES a gestora da UNIFESP esclareceu:

“a gente recebe o valor do PNAES que virá pro ano seguinte sempre com alguma antecedência, neste ano não foi nem muita. Alguns meses antes de fechar o ano nós, geralmente, temos a confirmação do valor PNAES, nós jogamos numa planilha onde priorizamos os auxílios e o que vem, e o que não cabe dentro da planilha, geralmente precisa ser complementado”.

Sobre a mesma questão, a representante da UFABC comentou:

“cultura e lazer são ações pontuais, então eu não posso dizer pra você que a gente tem um investimento em cultura, até porque a cultura aqui na universidade é assumida pela Pró-Reitoria de extensão [...] o dinheiro do PNAES está entre aspas ‘exclusivamente’ para o pagamento de bolsas de assistência estudantil na verdade [...] a gente ainda usa o do PNAES pras outras ações, por exemplo, de saúde, de psicossocial, então compra de materiais de consumo, pra fazer as atividades, pra fazer atendimento, mas o grande é bolsa. Na verdade é assim [...] de 5 milhões eu acho que eu gastei cerca de 40 mil nas outras ações, o resto tudo em bolsas”.

No item alimentação foram calculados, para a UFSCAR e a UFABC, os valores estimados que os estudantes recebem indiretamente pela refeição. Embora não haja pagamento em pecúnia nessas universidades, para a linha da alimentação, os estudantes recebem o auxílio na forma de isenção nos restaurantes universitários. Na UFABC foi considerado o valor de R\$ 3,91, valor que os estudantes de graduação pagam pela refeição no RU, vezes vinte refeições, quantidade prevista no Auxílio Alimentação I no Edital 003/2014. Dessa forma chega-se ao valor da UFABC:  $R\$ 3,91 \times 20 = R\$ 78,20$ . Na UFSCAR o valor foi calculado considerando o valor da refeição para estudante de graduação (R\$ 1,80) vezes o quantitativo de refeições ofertadas, sendo duas durante a semana e uma aos sábados. Assim, chega-se ao valor estimado de  $3,60 \times 22$  dias na semana = R\$ 79,20 somados a  $1,80 \times 4$  sábados = R\$ 7,20. Total estimativo para a UFSCAR = R\$ 86,40.

Para o item creche, na UFSCAR, também não há pagamento em pecúnia, sendo reservadas 20% das vagas na Unidade de Atenção à Criança (UAC) para filhos de estudantes de graduação e pós-graduação. Além disso, a universidade adota valor de auxílio moradia diferenciado para estudantes gestantes, a partir do 7º mês de gestação ou com filhos até 5 anos e 11 meses.

Os entrevistados foram questionados sobre os critérios de revisão dos valores dos auxílios, que impactam no gasto do PNAES.

A gestora da UNIFESP respondeu: “desde que estamos aqui na Reitoria, desde que existe a PRAE, basicamente nenhum dos auxílios foi mudado de valor, infelizmente; nós sabemos da necessidade”.

Segundo o gestor da UFSCAR: “o grande mote que nós poderemos tentar evoluir agora seria um nível de melhor valor dos benefícios e das bolsas, que ainda a gente não consegue trabalhar muito essa questão, também por falta de recursos”.

A entrevistada da UFABC comenta sobre o reajuste dos auxílios:

“não tem isso instituído, na verdade, a gente normalmente aumenta quando a bolsa da CAPES aumenta [...] aumentou transporte público? automaticamente a gente vai aumentar o valor da bolsa [...] é um valor fixo mas de acordo com os valores tarifários da região, do que ele usa, da tarifa pública”.

Ainda sobre os valores dos auxílios, o representante da UFSCAR fala sobre o estudo de impacto realizado na universidade para rever todo o processo de concessão de bolsas e auxílios:

“a gente fez um estudo de impacto [...] a gente entende ainda a grosso modo, porque não fizemos uma análise mais aprofundada, de que uma única bolsa poderia comportar toda a questão da assistência e da permanência do aluno na instituição e a gente sempre vai no parâmetro máximo do PNAES que é R\$ 1.086,00. Se a gente considerar isso, o fato de uma bolsa única né, ou uma permanência única em valores e com o montante de alunos que a gente tem, a gente chega bem próximo aí a quase dobrar o nosso valor PNAES que hoje tá em torno de 9 milhões”.

Verifica-se, portanto, que, apesar do aporte de recursos do PNAES ter aumentado desde a sua criação em 2008, conforme visto no capítulo 1, eles não têm sido suficientes para atender a demanda dos estudantes. As universidades priorizam o pagamento dos auxílios, sendo que as demais áreas do PNAES como lazer, cultura e inclusão digital, são atendidas por ações pontuais ou por outras fontes de recursos. Além disso, nas universidades não há uma periodicidade estabelecida de reajuste dos valores dos auxílios devido à limitação orçamentária, embora os gestores considerem importante o reajuste.

O item alimentação, um dos mais importantes da política de permanência é executado com recursos próprios da universidade, em função do seu caráter universal, que subsidia as refeições a todos os estudantes de graduação, independentemente da situação socioeconômica.



3ª Proposição: “a alimentação é a linha temática responsável pelo maior gasto na política de permanência”

Sobre a temática alimentação, as três universidades ofertam as refeições nos Restaurantes Universitários, com subsídio para todos os alunos de graduação. Na UFSCAR e na UFABC existe a isenção para os alunos bolsistas cadastrados nos programas de permanência.

Na UNIFESP, além do subsídio das refeições para todos os alunos, existe a modalidade de Auxílio Alimentação em seu programa de permanência. A entrevistada da UNIFESP esclareceu que existem problemas decorrentes da nomenclatura, o que dá a falsa impressão de duplicidade de oferta na mesma modalidade:

“o estudante mais vulnerável vai receber todos os auxílios e esses auxílios são para que ele complemente e auxilie o estudante para despesas que ele precisar, sejam elas, quais forem...então isso causa muita confusão, inclusive é a de ser um duplo benefício quando ele tem o ‘bandejão’, no restaurante universitário ele tem o subsídio, e recebe o auxílio alimentação”

Dessa forma, o valor considerado, no capítulo 4 deste trabalho, de que os gastos com alimentação da UNIFESP comprometiam os recursos do PNAES em 67%, 62%, 53% e 65% não se confirmam pois, excluindo os valores referentes aos auxílios alimentação, que o estudante pode utilizar como necessitar, essas porcentagens são: 40%, 30%, 20% e 39%.

Ainda assim, os valores com a alimentação são considerados elevados nas três universidades, conforme destacam os entrevistados.

“Eu realmente considero o gasto com alimentação excessivo, principalmente por conta dos valores dos contratos com os restaurantes; é diferente uma universidade de uma cidade pequena que o aluno paga 1,50 o restaurante mas o valor da refeição é 2, então a universidade tá entrando com cinquenta centavos, o nosso você vai ter diferenças de quase 8, 9 reais pra gente completar o estudante, por isso que é um gasto considerável” (UNIFESP).

“Eu vejo que todo mundo tem um problema seríssimo com restaurante universitário, porque ele leva uma verba gigantesca [...] a gente poderia fazer mais coisas com relação a vulnerabilidade que acaba não fazendo por causa do restaurante” (UFABC).

O gestor da UFSCAR comenta os gastos com a preparação da refeição: “Os recursos do PNAES [são] apenas pra compra dos gêneros alimentícios, toda outra estrutura de funcionamento é a administração que investe recursos”

Os entrevistados foram consultados também, em relação à política de reajuste dos subsídios. Na UNIFESP, o valor da refeição para todos os estudantes de graduação é R\$ 2,50, na UFSCAR o valor é de R\$ 1,80. Em ambas esses valores estão irrealizáveis desde que foram estabelecidos.

Segundo a representante da UNIFESP:

“falar em aumentar o restaurante universitário é sempre uma questão muito delicada, politicamente inclusive [...] desde antes de 2010 eles pagam R\$ 2,50 e não aumentamos também, embora as refeições tenham aumentado significativamente nos contratos, o que realmente faz com que o orçamento da PRAE fique muito a mercê dessa concorrência feita legalmente, com licitações e tudo mais”.

Na UFSCAR, além dos alunos de graduação, os demais membros da comunidade também recebem alimentação subsidiada. Os servidores técnicos administrativos pagam R\$ 2,20 na refeição e os docentes R\$ 2,70. O gestor destaca o problema político de aumento do valor do restaurante:

“a demanda que tá chegando nesse movimento de greve agora [2015] é a volta da catraca livre, custo zero pra todo mundo, entendeu? então é bastante complicado, é muito mais uma decisão político administrativa do que efetivamente o custo real da refeição, então não há revisão”.

A UFABC adotou uma política de reajuste baseada em porcentagem, que mantém o valor da refeição menos defasado em relação às outras duas universidades. De acordo com a Resolução CONSUNI nº 30 (UFABC, 2009), a UFABC subsidia 60% do valor da refeição para os estudantes de graduação.

Questionada sobre a avaliação do modelo de porcentagem, a entrevistada considerou:

“Tem alguns impactos; financeiro, eu acho que é melhor do que nas outras universidades [...] porque na verdade ele acompanha, de certa forma, proporcionalmente, o que tá acontecendo, se você tivesse congelado, o buraco seria muito maior porque você não teria como reajustar”.

Segundo a gestora, os problemas maiores ocorrem quando há troca de empresa terceirizada, quando aumenta muito o valor da refeição:

“a maior reclamação aqui ocorre, referente quando há troca de empresa, como nós somos terceirizados, quando há troca de empresa, isso é complicado porque, se você tem uma empresa, ela aumenta pelo IGPM, então dá, esse ano deu quase 4%, não chegou a 4%, a gente sabe que a inflação tá muito maior que isso, [...] então você teve um aumento muito pequeno em comparação às outras [...] agora, quando é troca de contrato, o que acontece? você tem que fazer uma nova licitação, e aí os preços disparam porque ele fica de certa forma congelado, aumenta, mas aumenta muito pouco, quando você troca o contrato, as empresas, até porque a alimentação tem sido um dos itens mais caros do custo de vida né? acaba aumentando cerca de 50%, foi o que aconteceu o ano passado.

Até fevereiro de 2014 o preço contratado da refeição na UFABC era de R\$ 6,70 e com a troca da empresa o valor foi para R\$ 9,40. A entrevistada comentou o impacto da troca de empresa terceirizada:

“40% de aumento se você for pensar, e aí deu um grande rebuliço, os alunos invadiram o CONSUNI pra reclamar. A gente formou um GT [Grupo de Trabalho] pra discutir com eles e aí depois eles entenderam e viram a situação, a empresa é muito melhor do que a anterior”.

Para verificar os gastos com alimentação no período de 2011 a 2014 foram coletados dados da UFSCAR e da UFABC durante as entrevistas. Na UNIFESP, o valor está disponível nos relatórios de gestão no *site* da universidade. Esses dados foram reunidos com os valores recebidos pelo PNAES (Quadro 9) para verificar qual a participação da alimentação, em porcentagem, em relação aos recursos do programa federal. Embora os valores sejam executados, total ou parcialmente, com verba própria da universidade, essa comparação permite verificar a relevância desse gasto na política de permanência.

Os dados coletados geraram o seguinte Quadro 11:

**Quadro 11 - Valor gasto com a alimentação no período de 2011 a 2014**

Universidade	Gasto	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%
UNIFESP	PNAES	2.389.215	79	3.200.000	58	5.795.504	27	7.300.096	35
	RU	1.883.200		1.850.000		1.574.737		2.524.013	
UFSCAR	PNAES	6.024.193	24	7.849.814	71	7.936.977	81	7.742.282	86
	RU	1.427.672		5.541.491		6.449.042		6.678.689	
UFABC	PNAES	1.262.149	67	2.080.379	29	4.023.800	29	5.068.434	37
	RU	849.467		612.862		1.166.434		1.890.215	

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

As linhas horizontais apresentam dados de cada universidade ao longo do período de 2011 a 2014. Para cada universidade foi feita a subdivisão de recursos recebidos (PNAES) e gasto com a assistência alimentar (RU). Ao lado desses valores está o cálculo da porcentagem

do gasto do RU em relação ao montante do orçamento recebido pelas universidades através do PNAES.

Dessa forma, é possível verificar que a linha alimentação não é responsável pelo maior gasto da política de permanência para a UNIFESP e para a UFABC, embora comportem valores bastante expressivos.

No caso da UFSCAR, esta proposição pode ser confirmada, sendo que nos últimos três anos, o gasto com a alimentação alcançou 71%, 81% e 86%, possivelmente reflexo da universalização do benefício (subsídio) para todos os membros da comunidade acadêmica.

4ª Proposição: “a terceirização da oferta de refeições onera ainda mais os gastos com a assistência alimentar”

Conforme visto na 3ª proposição, reduzir o gasto com a alimentação é um dos maiores desafios enfrentados pelas universidades estudadas.

A relevância do tema se dá pelo volume de recursos destinados ao oferecimento de refeições. Em 2014, esse gasto representou 35% do montante de recursos da permanência para a UNIFESP, 86 % para a UFSCAR e 37% para a UFABC.

Nos três casos, o restaurante universitário, considerado pelo FONAPRACE o principal equipamento de permanência, acaba sendo assumido com recursos da universidade.

Na UNIFESP, há anualmente a complementação com recursos próprios da universidade para cobrir o custo dos subsídios. Na UFABC, o gasto com restaurante fica fora dos recursos do PNAES para que a universidade não reduza o quantitativo de bolsas e auxílios. Na UFSCAR, o alimento “in natura” é comprado com recursos do PNAES, mas toda a estrutura e gastos indiretos com a produção de alimentação (mão de obra, limpeza, controle da água e de pragas) é realizada com recursos da universidade.

A assunção desse custo pela universidade se dá pelo fato de o restaurante atender todos os estudantes de maneira isonômica, ou seja, de beneficiar com refeições subsidiadas inclusive aqueles que não enfrentam nenhum tipo de vulnerabilidade socioeconômica.

Conforme visto no capítulo 1, as refeições podem ser produzidas no próprio RU ou transportadas, quando a empresa produz a refeição em uma cozinha própria e transporta o alimento pronto para o consumo para o local de distribuição. O tipo de serviço contratado depende muito da área, equipamentos e utensílios disponíveis e todos esses custos impactam no valor final contratado por refeição.

Foi realizado um levantamento dos valores das refeições; do valor pago pelo estudante; do valor complementado pela universidade (subsídio); e do modo de gestão dos restaurantes, que gerou o Quadro 12:

**Quadro 12 - Comparação dos Restaurantes Universitários**

Universidade	Custo da refeição	Preço aluno	Complemento	% subsídio	Gestão	
UNIFESP	São Paulo	9,45	2,50	6,95	73,54	Terceirizada
	Baixada (credenciado)	8,71	2,50	6,21	71,29	Terceirizada
		10,50	2,50	8,00	76,19	Terceirizada
	Diadema	11,00	2,50	8,50	77,27	Terceirizada
	Osasco	8,49	2,50	5,99	70,55	Terceirizada
	Guarulhos	7,95	2,50	5,45	68,55	Terceirizada
	São José	11,00	2,50	8,50	77,27	Terceirizada
UFSCAR	São Carlos	13,87	1,80	12,07	92,34	Própria
	Araras	9,40	1,80	7,60	80,85	Terceirizada
	Sorocaba	6,03	1,80	4,23	70,14	Terceirizada
	Lagoa do Sino	9,79	1,80	7,99	81,61	Terceirizada
UFABC*	São Bernardo	9,77	3,91	5,86	60	Terceirizada
	Santo André	9,77	3,91	5,86	60	Terceirizada

Fonte: Dados da pesquisa, 2015. Valores referentes ao ano de 2014. \*Subsídio fixado em 60%

Dos doze restaurantes, das três universidades estudadas (UNIFESP – 6, UFSCAR – 4, UFABC – 2), apenas o restaurante principal da UFSCAR, e também o mais antigo, é gerido pela universidade, os demais são terceirizados. O único restaurante com gestão própria é também o que apresenta o valor mais caro da refeição.

Ainda, em uma das unidades do Campus Baixada Santista da UNIFESP a refeição é servida em um restaurante credenciado pois a unidade fica distante do RU do campus.

O gestor da UFSCAR foi perguntado porque não se adotava a terceirização no restaurante de São Carlos, sendo que a refeição terceirizada é mais barata que a do RU com gestão própria. Segundo o entrevistado: “Está no Congresso Nacional a questão da terceirização, a questão é bem essa mesmo [...] o RU nosso aqui é de 79, os outros são mais recentes”.

Nota-se neste trecho que a questão da terceirização é complexa. O restaurante mais antigo adota o sistema de gestão própria porque, desde o início das atividades, a gestão é feita desta forma, embora a universidade precise contratar mão de obra especializada, e arcar com o ônus da operacionalização. Sobre essa questão o gestor comenta:

“Aqui nós temos 10 servidores que são do quadro, e são garçons ou auxiliar de cozinha; temos um açougueiro e temos 2 cozinheiros nesse quadro todo. Não dá conta e nem bate o funcionamento entre terceirizados com servidores de carreira, então os nossos servidores, eles fazem outro tipo de atividade dentro do contexto do RU que não trabalha com a produção da alimentação”.

“a gente, instituição, fica com o ônus da compra do gênero alimentício porque os fornecedores por vezes são de outros Estados e a gente tem uma dificuldade muito grande nessa operacionalização”.

Verifica-se no comentário do entrevistado, a mesma dificuldade relatada por Colares (2007), no capítulo 1, em relação à mão de obra combinada entre servidores e terceirizados do Restaurante Universitário da UFSM.

A representante da UFABC também comentou sobre a gestão própria do RU: “nem diria pra você que a gestão própria seria mais barata, [...] eu vi algumas pesquisas da USP [Universidade de São Paulo] que saía mais cara que a gente que contrata”.

Outro fator importante são os procedimentos adotados internamente para contratação das empresas terceirizadas para o fornecimento da refeição. Na UFABC e na UFSCAR a contratação é centralizada. Na UFSCAR: “é sempre centralizado...compra de toda a universidade é PROAD”.

Na UFABC, a contratação é centralizada na Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas: “a gente solta um edital da PROAP, a empresa vencedora tem que atender os dois campi, é a mesma empresa, é vinculado”.

Na UNIFESP, a contratação dos serviços é terceirizada e descentralizada, cada campus realiza seu procedimento licitatório e de contratação. Questionada se a administração central faz o acompanhamento dos procedimentos de licitação, ou se utiliza um edital padrão para a contratação dessas empresas, a entrevistada esclareceu:

“a gente sempre tentou colocar um limite de preço, mas isso não tem funcionado porque os campi vêm, ‘apresenta’ e falam: ou é isso ou não tem refeição porque e fazem as licitações e vem, então nós estamos bastante reféns mesmo dessa situação de mercado”.

“nós estamos tentando padronizar esses contratos, na medida do possível [...] nosso objetivo é diminuir o custo mas aumentar a qualidade, é uma equação, muito difícil [...] agora, há uma padronização daquilo que é padronizável, porque nós temos restaurantes em espaços alugados, em espaços próprios, em espaços concedidos, temos restaurantes com espaços adequados, mais ou menos adequados e temos restaurantes também equipados ou menos equipados [...] isso tudo vai influenciar no valor do contrato, além das diferenças regionais”.

Questionados ao final da entrevista como os gestores enxergavam os cenários futuros para a assistência estudantil, as respostas foram:

“eu espero que o governo em si, o MEC, o Ministério de Planejamento e Gestão também olhem, e tem olhado, em certo grau tem olhado com... com... acréscimo de recursos porém eles não vem na velocidade com que as pessoas com dificuldade socioeconômicas ou com as políticas implantadas demandam pra instituição, então as instituições tem que estar melhor preparadas pra receber esse público e essa demanda nova, hoje a assistência estudantil ela não pertence à Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Comunitária, ela pertence à PROGRAD, ela pertence à Pró-Reitora de Pesquisa, ela pertence à Pró-reitoria de Pós-Graduação porque se nós não trabalharmos a base nós não teremos os pós-graduandos, nós não teremos os pesquisadores então passa, se nós não tivermos um apoio acadêmico-pedagógico pra todos esses alunos, é...a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis vira assistencialista” (UFSCAR).

“quando abre as portas da universidade, nós precisamos não só pensar no preço da comida como a gente precisa de espaços mais adequados pros restaurantes [...] nós estamos crescendo muito sem parar, a projeção dos gastos e a matriz precisa ser repensada com vários elementos [...] então é uma conquista o PNAES? Claro que é, ele vem a parte, a maior parte das universidades deixam a critério das pró-reitorias o uso desses recursos, [...]no entanto, o jeito que a fórmula foi montada ela não considera corretamente a vulnerabilidade, então a gente já levantou alguns indícios de que ao invés de computar o índice do Município de, como eles computam por exemplo de IDH [Índice de Desenvolvimento Humano] do Município, sabendo que os alunos vem de tudo que é lugar menos do município deveria considerar o grau de vulnerabilidade histórico deste campus [...] além do fato que essa matriz demora pra contabilizar os formandos [...]então tem muitos ajustes a serem feitos pra uma correta destinação de recursos quer de fato fazer a inclusão nas universidades” (UNIFESP).

“na verdade depende do que vier do governo, da política do Governo Federal [...] se houver verba eu vejo um cenário muito bom de ações que promovam a... o ensino, a aprendizagem desses alunos mais vulneráveis e principalmente a troca de experiências que é rica, fantástica, é...a gente terá melhores possibilidades de fazer outras coisas que vão além da bolsa [...]então assim, as políticas afirmativas então, que ajudam na assistência estudantil, é... eu acho que elas são fundamentais pra transformação do país eu acho que elas são necessárias, imprescindíveis e elas precisam ser expandidas, e não retraídas como tem acontecido, é uma pena que estejamos vivendo esse momento, mas tenho esperança de que vá mudar” (UFABC).

Verifica-se na questão sobre cenários futuros da assistência estudantil que as respostas dos três entrevistados destacam a preocupação com a questão orçamentária. Apesar do PNAES ser uma conquista estudantil e os recursos virem aumentando anualmente, eles não crescem na mesma velocidade das demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, há a necessidade de envolvimento de outras instâncias da universidade para a implantação de outras ações de assistência estudantil.

A política de governo é essencial para se manter uma estrutura de efetiva permanência, que promova a inclusão e a manutenção desses estudantes nas universidades.

Na última pergunta, os entrevistados puderam falar sobre alguma questão que consideravam importante e que não foi contemplada no roteiro de entrevista:

O entrevistado da UFSCAR comentou sobre a pesquisa de perfil discente e institucional para o balizamento nacional de todas as informações:

“a universidade tá trabalhando junto com a Universidade Federal de Uberlândia na elaboração de um observatório nacional de políticas estudantis. A Universidade Federal de Uberlândia tá com a pesquisa do perfil discente e a Universidade Federal de São Carlos tá com a pesquisa do perfil institucional [...] eu acho que esse balizamento nacional de todas as informações, a equalização de todas essas diferenças entre as instituições tornadas públicas contribuirão significativamente para a melhoria dos atendimentos, dos serviços e da assistência estudantil [...] acho importante frisar isso porque a assistência estudantil tem um caráter nacional né, como todas as áreas e ela tá se solidificando cada vez mais agora” (UFSCAR)

A entrevistada da UFABC comentou sobre outras ações da universidade que também são cobertas pelos recursos do PNAES para ações de inclusão e acessibilidade. Nesses casos, as bolsas contemplam as ações do PNAES em duas frentes: da acessibilidade e inclusão pois o portador de deficiência está recebendo um serviço e da política afirmativa, pois é dada prioridade na seleção de alunos vulneráveis para receber a bolsa.

“na assistência a gente tem, além, daquelas 13 ações que você citou, a gente tem a bolsa monitoria inclusiva e a gente tem a bolsa de [...] política afirmativa [...] os dois são monitorias né porque o aluno recebe R\$ 300 e ele está envolvido em ações, por exemplo, quem está em monitoria inclusiva, ele auxilia os alunos com deficiência aqui na universidade, seja na sala de aula, seja digitalizando um livro pra um cego, seja fazendo outras ações [...] nós temos 35 bolsas no total, na verdade são 20 de política afirmativa e 15 de monitoria inclusiva [...] é do PNAES também por que assim, eles ajudam nas ações de acessibilidade, então, acessibilidade passa também por essas ações [...] ele tem que ter perfil também pra lidar com as pessoas com deficiência, por exemplo bolsa de monitoria inclusiva, querer ter contato com essas pessoas, conhecer, auxiliar, e eles são capacitados” (UFABC).

O entrevistado da UFSCAR comentou sobre a nova pesquisa de perfil discente realizada pelo FONAPRACE, que teve início em novembro de 2014, e que apresentará os resultados do impacto da Lei de Cotas e do SISU, que foram implantados após a última pesquisa, realizada em 2011.

A entrevistada da UFABC mencionou outras bolsas que a universidade oferece e que são custeadas com os recursos do PNAES, a bolsa monitoria inclusiva e a bolsa política afirmativa que contemplam ações de acessibilidade.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Pesquisa apresentou como objetivo principal a análise das políticas de permanência estudantil implantadas pelas três Universidades Federais do Estado de São Paulo: UNIFESP, UFSCAR e UFABC com os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O programa estabelece algumas diretrizes para o atendimento da permanência estudantil nas IFES, no entanto, as instituições têm autonomia para implantar políticas de acordo com a demanda de seu público estudantil.

O REUNI, que aumentou o número de vagas dos cursos de graduação, combinado às outras políticas públicas como o ENEM, o SISU e a Lei de Cotas, deram abertura à democratização do ensino superior. Com o aumento do número de alunos matriculados nos cursos de graduação, os programas PNAES e PBP têm sido fundamentais para a manutenção dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas universidades federais.

No entanto, embora essas políticas mostrem a mudança no paradigma da educação superior ocorrida na primeira década do século XXI e a destinação de recursos para apoiar essas ações venham crescendo anualmente, verificou-se que eles não têm acompanhado a demanda dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As universidades têm complementado com recursos próprios as ações para alcançar todas as áreas de assistência estudantil previstas no PNAES.

Os três casos mostram políticas bem diversificadas onde, cada unidade de análise, vem implantando ações que buscam acolher a crescente demanda de estudantes através das políticas de permanência.

Este estudo analisou as políticas que impactam diretamente na permanência do aluno: alimentação, moradia, transporte e creche. Os demais itens, também importantes, como cultura, lazer, inclusão digital e acessibilidade, geralmente são realizados nas universidades por ações pontuais ou com outros recursos.

Verificou-se que o gasto maior dos recursos do PNAES é direcionado ao pagamento de auxílios que beneficiam os alunos carentes, que são selecionados através de pesquisas socioeconômicas e editais.

Nesta pesquisa foi dado especial destaque à questão da assistência alimentar sendo que, de acordo com o FONAPRACE, é o item mais importante da permanência, uma vez que atende 15% do universo estudantil.

No desenvolvimento da pesquisa verificou-se que esse tema é realmente relevante para as universidades. A alimentação, em todos os casos estudados, é universalizada, ou seja, todos os estudantes de graduação recebem o subsídio na refeição, existindo casos de isenção da UFSCAR e na UFABC para os estudantes carentes. Além disso, o tema destaca-se pelo grande dispêndio de recursos com a oferta deste item, seja ele subcontratado (terceirizado) ou produzido diretamente pelo RU da universidade.

Para alcançar os objetivos desta pesquisa foram elaboradas quatro proposições que ajudaram na condução do estudo e na identificação das questões a serem levantadas.

Respondendo à 1ª Proposição: “O número de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica vem aumentando ao longo do tempo”, verificou-se que o número de estudantes que demandam por assistência estudantil tem sido crescente e que as universidades vêm adotando estratégias que consigam enquadrá-los dentro do orçamento restrito.

Com a análise das evidências que buscaram responder a 2ª Proposição: “Os recursos repassados do PNAES para as universidades têm aumentado ao longo do tempo, no entanto, não acompanham a demanda de alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica”, confirmou-se que os recursos no PNAES, embora tenham aumento anualmente, não são suficientes para atender a demanda de alunos assistidos. Uma das estratégias adotadas por todas as universidades é cobrir os gastos com a alimentação, parcial ou totalmente, com recursos próprios da universidade. O gasto com o pagamento de auxílios, consomem a maior parte do orçamento do PNAES e as demais áreas da assistência estudantil são realizadas por ações pontuais ou cobertas com outros recursos.

Para responder a 3ª Proposição: “a alimentação é a linha temática responsável pelo maior gasto na política de permanência”, verificou-se a participação da alimentação no montante da permanência para auferir se ela é a responsável pelo maior gasto. A proposição foi negada na UNIFESP e na UFABC, sendo confirmada apenas na UFSCAR que estende o subsídio da refeição para todos os membros da comunidade acadêmica. A alimentação corresponde a 35% os recursos recebidos pelo PNAES na UNIFESP, 37% na UFABC e 86% na UFSCAR.

Por fim, para responder a 4ª Proposição: “a terceirização da oferta de refeições onera ainda mais os gastos com a assistência alimentar”, comparou-se o valor da refeição terceirizada com o valor da refeição produzida pela gestão própria. Não foi possível auferir neste estudo se a preparação da alimentação pelo RU seria uma alternativa mais econômica. Entre os doze restaurantes, das três universidades estudadas, somente um, dos quatro

restaurantes da UFSCAR, produz sua própria refeição, sendo, também, o valor mais caro de todos os restaurantes das universidades pesquisadas.

Uma vez que nesta pesquisa foi identificada somente um caso com gestão própria do RU, não é possível verificar se essa modalidade seria economicamente mais vantajosa. É necessário um estudo mais aprofundado, com uma maior amostra de universidades que adotem esse mesmo modelo de produção das refeições.

No entanto, sabe-se que a produção de refeição contabiliza custos diretos (mão de obra, gêneros alimentícios) e indiretos (controle sanitário, limpeza, manutenção de equipamentos). O custo com a mão de obra é uma questão importante para as universidades federais, uma vez que os cargos que diretamente relacionados ao preparo e distribuição das refeições (cozinheiro, auxiliar de cozinha, açougueiro, garçon) deixaram de compor o quadro de servidores federais em 1998, quando a Lei 9.632 foi sancionada. Esses e outros cargos foram extintos, direcionando que aqueles que não fossem ligados às atividades-fim fossem executados indiretamente. É o que foi verificado na Universidade Federal de São Carlos, que produz suas refeições utilizando mão-de-obra especializada terceirizada.

Considerando a importância alimentar, nutricional e social que os restaurantes universitários têm no âmbito de suas comunidades acadêmicas; o excessivo gasto com a alimentação, um dos mais substanciais da política de permanência; o caráter universal do RU que atende todos os estudantes, independentemente de sua situação socioeconômica, avalia-se, neste estudo, que é necessária a implantação pelo Governo Federal de um aporte específico para a recuperação dos restaurantes universitários. Recursos que propiciem a construção ou recuperação de áreas, aquisição e compra de equipamentos e mobiliários, e um programa de distribuição de alimentos, ao modo como ocorre nas escolas fundamentais.

O retorno ao quadro de servidores de cargos diretamente relacionados ao preparo das refeições, não comprometeriam os recursos da assistência estudantil, uma vez que o pagamento dos servidores vem em rubrica específica. Assim, os recursos gastos com a mão de obra especializada poderiam ser aplicados em outras áreas de permanência estudantil.

Conforme dito, é prematuro afirmar que a produção ou gestão própria dos alimentos seja economicamente desvantajosa em relação ao fornecimento terceirizado. São necessários estudos mais amplos, com uma amostra maior de restaurantes universitários com esse tipo de gestão mas, possivelmente, sem uma alternativa do Governo Federal para o tema, poucas alternativas restam às universidades.

Retomando a pergunta colocada no início deste estudo, “Como as Universidades Federais do Estado de São Paulo vêm implementando suas políticas de permanência estudantil com os recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil?” verificou-se com base nas informações documentais e entrevistas com gestores das políticas de assistência estudantil que:

1. Recursos do PNAES são utilizados principalmente para pagamento de bolsas e auxílios relativos à linha da permanência (moradia, transporte, alimentação, creche).
2. O gasto com a alimentação (subsídio) é complementado, ou totalmente coberto, com recursos próprios das universidades.
3. As Universidades Federais do Estado de São Paulo adotam estratégias diversificadas para limitar o número de estudantes dentro dos recursos do PNAES.
4. Outras ações previstas no PNAES (lazer, cultura, inclusão digital) são pontuais e muitas vezes cobertas com outros recursos.

Neste trabalho verificou-se que entre as universidades analisadas, a UFABC possui uma Seção de Restaurantes Universitários subordinada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas e a UFSCAR possui uma Divisão de Nutrição e Alimentação subordinada à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis.

A UNIFESP possui uma nutricionista lotada na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis que apoia todos os campi onde são constituídas Comissões Paritárias de Alimentação locais compostas por docentes, técnicos administrativos e alunos.

Sugere-se assim, para as universidades, e em especial para a UNIFESP, a criação de um escritório multidisciplinar que congregue profissionais de diversas áreas que apoiem as atividades dos RU's, devido a sua importância no contexto universitário.

O escritório pode reunir profissionais das áreas de:

- Administração e Ciência Contábeis, para cálculo de custos, elaboração de planilhas, estatísticas e relatórios;
- Nutrição, para fiscalizar e apoiar nas questões nutricionais e alimentares, bem como higiênico-sanitárias;
- Ambiental, para apoio às questões de sustentabilidade e descarte de materiais;
- Ciências sociais, para avaliar o impacto do RU no rendimento acadêmico, na redução da evasão escolar e como ambiente de integração acadêmica;
- Engenharias, para adequação de espaço físico.

Além disso, o RU pode funcionar como campo de pesquisa para estudantes dessas áreas e o envolvimento com a graduação e pós-graduação pode gerar pesquisas que o ajudem no desempenho de suas atividades e no desenvolvimento de processos mais eficientes.

### 6.1 Sugestões para Estudos Futuros

Além da questão já abordada sobre a importância de uma pesquisa mais abrangente que possa comparar o custo entre a alimentação produzida e a contratada, alguns temas podem ser aprofundados em virtude das recentes mudanças no cenário da educação superior pública e do fato das universidades estarem apromirando seus controles e estratégias para administrar seus recursos e conhecer o perfil do seu alunado.

Assim, sugerimos como trabalhos complementares:

- Análise das ações adotadas para atender as demais linhas da assistência estudantil, como lazer, cultura, inclusão digital e acessibilidade. Estando os recursos do PNAES mais comprometidos com as linhas de permanência, como as universidades têm encontrado alternativas para suprir esses itens?
- Análise das ações de permanência estudantil das universidades estaduais, implantadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST). Poder ser realizada ainda a comparação PNAES *versus* PNAEST.
- Medição da satisfação dos usuários dos restaurantes universitários. Essa questão é importante pois a qualidade da refeição impacta diretamente no seu preço. Contratos com valores muito baixos podem indicar deficiências no preparo, apresentação, variedade do cardápio. Apenas a UFABC possui uma pesquisa de satisfação do usuário efetivamente implementada e as demais universidades estão em fase de implementação, realizando testes “pilotos”.
- Medição da satisfação e do impacto das ações sobre a vida acadêmica dos alunos assistidos pelos programas de permanência. Medir se há efetivamente uma redução de evasão escolar e melhoria no desempenho acadêmico.

## 6.2 Dificuldades Encontradas

Em razão das políticas citadas neste trabalho terem sido implantadas recentemente - no caso do PNAES, há menos de uma década - ainda não modestas as contribuições na literatura que possam fornecer subsídios e medir a eficiência dessas ações.

Mais especificamente em relação ao tema dos Restaurantes Universitários, os artigos e trabalhos encontrados geralmente direcionam para questões alimentares relacionadas aos cursos de nutrição, como preparo de refeições, controle higiênico-sanitário, segurança-alimentar, variedade de cardápio e porcionamento de refeições. Poucos estudos encontrados discutem a função do Restaurante Universitário como mecanismo de assistência estudantil e, em menor número, encontram-se discussões sobre os custos e o impacto financeiro de um restaurante no orçamento da universidade.

Pode-se elencar ainda a dificuldade de padronização dos dados numéricos obtidos das universidades estudadas, em virtude das diferentes políticas adotadas. Um exemplo é o gasto com a alimentação da UFSCAR que subsidia a alimentação inclusive dos servidores públicos, desse modo, não há como considerar que o gasto com a alimentação atenda somente os alunos de graduação. Ainda, duas universidades, UFSCAR e UFABC, concedem isenção total aos alunos carentes, enquanto na UNIFESP o valor da refeição é o mesmo para todos, inclusive àqueles que são contemplados no PAPE.

Este trabalho não esgota nem, tampouco, contempla todas as históricas questões que envolvem a permanência estudantil, no entanto, pretende provocar a discussão e novos olhares sobre um tema relevante para as universidades federais e, principalmente, para os estudantes que conseguem alcançar o ensino superior gratuito. As universidades federais vêm enfrentando sérias dificuldades para contornar a drástica situação de cortes de verbas que vêm enfrentando desde 2014, último ano do primeiro mandato da Presidente Dilma Rousseff e no início do segundo mandato.

Assim, concluímos neste trabalho que para uma política efetiva de permanência estudantil é necessário que o Governo Federal mantenha crescente os investimentos do Programa Nacional de Assistência Estudantil, e acene com uma alternativa para a questão dos Restaurantes Universitários que, com um custo elevado, vêm se mantendo com recursos próprios das universidades.

Concluímos ainda que, as universidades precisam compor uma estrutura com equipe capaz de apoiar a complexidade de ações e questões dos restaurantes universitários.

Somente com ações coordenadas entre o Governo Federal e as universidades, que a inclusão dos alunos socioeconomicamente vulneráveis será efetivamente ampliada.

## 7 REFERÊNCIAS

ABREU, M.A.A. Educação: um novo patamar institucional. **Novos Estudos**. (87) p. 131-143. Julho/2010.

ABREU, E.S.; SPINELLI, M.G.N.; PINTO, A.M.S. **Gestão de unidades de alimentação e nutrição: um modo de fazer**. 5.ed. São Paulo: Metha, 2013.

ALVES, O.N. **Terceirização de serviços na administração pública**. Brasília: Tribunal de Contas da União, 2002. Disponível em: [http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/trabalhos\\_academicos\\_TCU/biblioteca\\_digital/terceirizacao\\_de\\_servicos\\_na\\_administracao\\_publica.pdf](http://portal3.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/trabalhos_academicos_TCU/biblioteca_digital/terceirizacao_de_servicos_na_administracao_publica.pdf). Acesso em junho/2015

ANDRÉS, A. **Aspectos da assistência estudantil nas universidades brasileiras**. Brasília: CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011.

ARAÚJO, M.P. **Memórias Estudantis da fundação da UNE aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 14.343**, 7 de setembro de 1920. Institue a Universidade do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.921**, 22 de setembro de 1927. Aprova o Regulamento da Universidade de Minas Gerais.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.612**, 26 de dezembro de 1928. Autoriza o Governo a criar, em Paris, a Casa do Estudante Brasileiro.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.616**, 28 de dezembro de 1928. Regula a criação de universidades nos Estados.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.402**, 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.850**, 11 de abril de 1931. Crêa o Conselho Nacional de Educação.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.851**, 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 62.758** de 22 de maio de 1968. Dispõe sobre a instituição da Fundação Universidade Federal de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 99.740**, 28 de novembro de 1990. Altera dispositivos do Decreto nº 62.758, de 22 de maio de 1968, que instituiu a Fundação Universidade Federal de São Carlos, sob a denominação de Fundação Universidade Federal de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2.271** de 07 de julho de 1997. Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.



\_\_\_\_\_.**Decreto nº 6.096**, 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

\_\_\_\_\_.**Decreto nº 7.234**, 19 de julho de 2010. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

BRASIL.**Lei nº 4.024**, 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_.**Lei nº 4.320**, 17 de março de 1964. Normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

\_\_\_\_\_.**Lei nº 4.464**, 09 de novembro de 1964. Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos Estudantes e dá outras providências.

\_\_\_\_\_.**Lei nº 4.540**, 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.

\_\_\_\_\_.**Lei nº 9.394**, 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_.**Lei nº 9.632**, 7 de maio de 1998. Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal.

\_\_\_\_\_.**Lei nº 11.096**, 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos.

\_\_\_\_\_.**Lei nº 11.145**, 26 de julho de 2005. Institui a Fundação Universidade Federal do ABC.

\_\_\_\_\_.**Lei nº 7.824**, 11 de outubro de 2012. Regulamenta a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

\_\_\_\_\_.**Lei nº 12.711**, 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

\_\_\_\_\_.**Lei nº 8.957**, de 15 de dezembro de 1994. Dispõe sobre a transformação da Escola Paulista de Medicina em Universidade Federal de São Paulo.

COLARES, L.G.T.; FREITAS, C.M. Processo de trabalho e saúde de trabalhadores de uma unidade de alimentação e nutrição: entre a prescrição e o real do trabalho. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.12, p.3011-3020, dez, 2007.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. CUT. Secretaria Nacional de Relações de Trabalho e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos Terceirização e desenvolvimento: **uma conta que não fecha: dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos**. São Paulo: Central Única dos Trabalhadores, 2014.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**. Set-dez. n. 24. p.5-15. São Paulo, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **Resolução n° 380** de 2005. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação.

CORBUCCI, P.R. Financiamento e democratização do acesso à educação superior no Brasil: da deserção do estado ao projeto de reforma. **Educação e Sociedade (especial)**, Campinas, v.25, n.88, p.677-701, Out. 2004.

COSTA, S.G. **A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil**. In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis: 2009.

CUNHA, L.A. **A universidade temporã - O ensino superior da colônia à era de Vargas**. Coleção Educação e Transformação Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1980.

CUNHA, L.A. O ensino superior no octênio FHC. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 24, n.82, p.37-61, abril 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

DOURADO, L.F. Desafios: acesso e permanência. In: **Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil**, n.1, jan.-jun. p. 12, 2012.

DRAIBE, S.M. **Uma nova institucionalidade das políticas sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais**. São Paulo em perspectiva 11.4 (1997): 3-15.

ESPING-ANDERSEN, G. **As Três Economias Políticas do Welfare State**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. Princeton: Princeton University Press, 1990.

FÁVERO, M.L.A. **A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968**. Educar, Curitiba, n.28, p.17-36, 2006.

FERES JÚNIOR. J. Inclusão no ensino superior: raça ou renda?. In: **Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil**, n.1, jan.-jun. p.13-14, 2012.

FERNANDES, A.S.A. Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In:\_\_\_\_\_. **Introdução à política brasileira**, São Paulo: Paulus, 2007, p.203-225.

FLANDRIN, J.L.; MONTANARI, M. **História da alimentação**. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. FONAPRACE. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília: ANDIFES, 2011.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. FONAPRACE. **Revista comemorativa 25 anos**. Brasília: ANDIFES, 2012.

GARCIA, F. A. A Relatividade da distinção atividade-fim e atividade-meio na terceirização aplicada à administração pública. **Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE)**, Salvador, n.24, out/dez. 2010. Disponível na Internet: <http://www.direitodoestado.com/revista/REDE-24-OUTUBRO-2010-FLAVIO-AMARAL.pdf>. Acesso em: junho de 2015

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas (online)**. v.35, n.3, p.20-29. 1995.

GOMES, J. B. B.; SILVA, F. D. L. L da. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. Seminário internacional – As Minorias e o Direito. **Série Cadernos do CEJ**, 24: 85-153, Brasília: CJP/CEJ, 2003.

GONÇALVES, V.S.A. Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas. **A assistência estudantil como política social no contexto da UFPEL: concepções, limites e possibilidades**. Pelotas, 2011.

GUEDES, A. M. **Orçamento público e descentralização administrativa**. São Paulo: FGV, 1999.

HADDAD, M.R.. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo. **O restaurante central como mecanismo de assistência estudantil: um estudo na UFES**. Vitória, 2013.

HÖFLING, E.M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedex**, ano XXI, n. 55, novembro/2001

JUND, S. **Administração, orçamento e contabilidade pública: teoria e questões estilo ESAF, UnB e outras bancas examinadoras**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KERSTENETZKY, C.L. Políticas Sociais: focalização ou universalização? In: **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 4 (104), p. 564-574, out-dez/2006.

LEAL, D. Crescimento da alimentação fora do domicílio. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n.1, p. 123–132. Campinas:2010.

LEITE, D.; MOROSINI, M. Universidade no Brasil: a Idéia e a Prática. **Revista brasileira Est. Pedag.**, v.73, n.174, p. 242-254, maio/ago. Brasília:1992

MARCELINO, P. Afinal, o que é terceirização? em busca de ferramentas de análise e de ação política. **Revista Pegada**. v.8. n 2. p.55-71 Campinas, 2007.

MARINHO, A.; FAÇANHA, L.O. **Dois estudos sobre a distribuição de verbas públicas para as instituições federais de ensino superior**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

MARTINS, C.B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.30, n.106, p.15-35, jan./abr.2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

MARTINS, G.A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, G.A.; THEÓPHILO, C.R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEDEIROS, M. **A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990**. Brasília: 2001.

MEDEIROS, T. et al. **Apuração dos custos das refeições em um restaurante universitário: o caso da Universidade Federal de Santa Maria**. In: 5º Congresso Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade. Florianópolis/SC. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 438**, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 389**, de 9 de maio de 2013. Cria o Programa de Bolsa Permanência.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa nº 39**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil.

\_\_\_\_\_. **Portaria Normativa nº 02**, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012**. Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. **A democratização da expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília: 2014.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p.197-217, novembro/2002.

OLIVEIRA, D. A. Lei 12711/2012 e os desafios da educação superior pública no Brasil. – In: **Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil**, n.1, jan.-jun. p. 5-6, 2012.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n. 134, p. 43-55, jan./abr.2005.

PIRES, V. **Orçamento público: abordagem tecnopolítica**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, 2011.

POULAIN, J.P. **Sociologias da Alimentação. Os comedores e o Espaço Social Alimentar**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

PROENÇA. R.P.C. **Inovação tecnológica na produção de alimentação coletiva**. 3.ed. Florianópolis: Insular, 2009.

PROENÇA, R.P.C. **Alimentação e globalização: algumas reflexões**. Ciência e Cultura SBPC on-line. v.62, n.4. São Paulo: 2010. Disponível em: [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252010000400014&script=sci\\_arttext](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252010000400014&script=sci_arttext)

RIBEIRO, H.C. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília. **Integração entre planejamento estratégico e orçamento: um estudo de caso no tribunal superior eleitoral**. Brasília: 2011.

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RISTOFF, D. O espelho distorcido. In: **Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil**, n.1, jan.-jun. p. 9-10, 2012.

SANTOS, A.P. dos. Itinerário das ações afirmativas no ensino superior público brasileiro; dos ecos de Durban à Lei de Cotas. In: **Revista de C. Humanas**, v.12, n.2, p. 289-317, jul/dez, 2012.

SARAVIA, E.; Ferrarezi, E. Introdução à Teoria da Política Pública. In: **Políticas Públicas**. V. 1. p.21-42. Brasília: ENAP,2006

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p.20-45

SPING-ANDERSEN. As três economias políticas do Welfare-State. In: \_\_\_\_\_. **The Three Worlds of Welfare Capitalism**. Trad. Dinah da Abreu Azevedo. Princeton University Press, Princeton: 1990.

TEIXEIRA S. et al. **Administração aplicada às unidades de alimentação e nutrição**. São Paulo: Atheneu, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. UFSCAR. **Portaria nº 203, 20 de julho de 2009**. Cria a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis.

\_\_\_\_\_. UFSCAR. Conselho de Assuntos Estudantis. **Resolução nº 03 de 2012**. Dispõe sobre o programa de assistência estudantil das UFSCAR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. UNIFESP. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis**. Relatório de gestão 2010/2013. São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_.UNIFESP. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis**. Relatório de gestão 2013. São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_.UNIFESP. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis**. Relatório de gestão 2014. São Paulo, 2015.

\_\_\_\_\_.UNIFESP. **Conselho Universitário**. Resolução nº 75 de 2012. Estabelece as normas de funcionamento, gerenciamento e utilização dos restaurantes universitários da Universidade Federal de São Paulo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC. UFABC. **Conselho Universitário**. Resolução nº 30 de 2009. Estabelece subsídio de 60% sobre o valor cobrado pela alimentação no restaurante universitário aos estudantes regulares de graduação da UFABC.

\_\_\_\_\_.UFABC. **Conselho Universitário**. Resolução nº 50 de 2010. Cria a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas da UFABC.

\_\_\_\_\_.UFABC. **Conselho Universitário**. Resolução nº 88 de 2012. Normatiza os Programas de Apoio ao estudante de graduação da UFABC.

VASCONCELOS, N.B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. Ensino Em-**Revista Uberlândia**, v.17, n.2, p.599-616, jul/dez. 2010.

VAZ, C.S. **Alimentação de coletividade: uma abordagem gerencial**. 2.ed. Brasília: C.S.Vaz, 2003.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

\_\_\_\_\_.**Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad. Ana Thorell. 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANELLA, L.C. **Instalação e administração de restaurantes**. São Paulo: Metha, 2007.

ZUNINO, A. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina. **Custo e desempenho socioeconômico do restaurante universitário da universidade federal de Santa Catarina**. Florianópolis, 2009..

## 8 APÊNDICE

### 8.1 Apêndice A - Roteiro para Entrevista

Universidade:

Unidade responsável pela Política de Permanência:

Contato:

#### **Parte I: Sobre a Política de Permanência**

1. Quais são as faixas de perfil socioeconômico existentes na política de permanência?
2. Quais são os auxílios e valores disponíveis aos estudantes, relativos às ações estratégicas da permanência?
3. Qual o valor per capita considerado para o estudante ter direito ao programa de assistência estudantil?
4. É possível que um aluno receba mais do que um auxílio? Em caso positivo, qual o valor máximo a ser recebido pelo estudante de maior vulnerabilidade socioeconômica?
5. Qual a periodicidade de revisão desses valores?
6. Atualmente, os recursos oriundos do PNAES têm sido suficientes para atender todos os alunos que se enquadram nos critérios de vulnerabilidade social? Em caso negativo, como tem sido feita a complementação de recursos?
7. Qual o percentual de alunos atendidos pela política de permanência em relação aos alunos matriculados em cursos de graduação presenciais?
8. Houve impacto da Lei de Cotas na política de permanência da universidade?

#### **Parte II: Sobre a Assistência Alimentar**

1. Como a Assistência Alimentar é ofertada?
2. Do ponto de vista do fornecimento da alimentação, a refeição é contratada (terceirizada) ou produzida pelo próprio Restaurante Universitário? Explique como se dá esse processo.
3. Do ponto de vista administrativo, como é feita a contratação ou a compra de gêneros alimentícios? Centralizado pelo órgão responsável pela política de permanência, descentralizado, diretamente pelos campi, ou outro?
4. Atualmente qual é o valor da refeição (contratada ou produzida)? Em todos os campi é o mesmo valor? Em caso negativo, qual o valor subsidiado pela instituição.
5. Qual o valor que o aluno paga na refeição? O valor é fixo (todos pagam o mesmo valor)? O valor é variável (dependendo da situação socioeconômica)? Existem casos de isenção? Quais os valores e a periodicidade de revisão?
6. Alunos que não são beneficiários das políticas de permanência recebem subsídio no RU?
7. Qual o percentual de gastos com a assistência alimentar no montante da política de permanência no período de 2010 a 2014?
8. Como projeta cenários futuros da assistência estudantil?
9. Alguma informação que julgue relevante e não foi considerada nas questões anteriores?

## 8.2 Apêndice B - Banco de Dados da Pesquisa

## Ingressantes na Graduação

<b>Universidade</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
UNIFESP	8051	9667	10.312	11.172
UFSCAR	10.893	11.145	12.118	12.338
UFABC	5513	7277	8612	10.395

## Alunos atendidos pelo PNAES

<b>Universidade</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
UNIFESP	1804	1186	1306	1204
UFSCAR	1.198	1.188	1.548	1.715
UFABC	914	865	950	906

## Recursos recebidos pelo PNAES

<b>Universidade</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
UFSCAR	6.024.193	7.849.814	7.936.977	7.742.282
UFABC	1.262.149	2.080.379	4.023.800	5.068.434
UNIFESP	2.389.215	3.200.000	5.795.504	7.300.096

## Gasto com alimentação

<b>Universidade</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
UNIFESP	1.883.200	1.850.000	1.574.737	2.524.013
UFSCAR	não informado	5.541.491	6.449.042	6.678.689
UFABC	849.468	612.863	1.166.434	1.890.215

## Custo e Gestão da Refeição

<b>Universidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Preço aluno</b>	<b>Complemento</b>	<b>% subsídio</b>	<b>Gestão</b>
UNIFESP	9,45	2,50	6,95	73,54	Terceirizada
	8,71	2,50	6,21	71,29	Terceirizada
	10,50	2,50	8,00	76,19	Terceirizada
	11,00	2,50	8,50	77,27	Terceirizada
	8,49	2,50	5,99	70,55	Terceirizada
	7,95	2,50	5,45	68,55	Terceirizada
	11,00	2,50	8,50	77,27	Terceirizada
UFSCAR	13,87	1,80	12,07	92,34	Própria
	9,40	1,80	7,60	80,85	Terceirizada
	6,03	1,80	4,23	70,14	Terceirizada
	9,79	1,80	7,99	81,61	Terceirizada
UFABC	9,77	3,91	5,86	40	Terceirizada
	9,77	3,91	5,86	40	Terceirizada



